

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios cotidianos

Mabel Mascarenhas Torres¹
Líria Maria Bettiol Lanza²
Cláudia Neves da Silva³
Eliane Christine Campos⁴

Identificação Institucional: Departamento de Serviço Social - Universidade Estadual de Londrina

A Mesa Coordenada versará sobre o trabalho desenvolvido pelo assistente social em múltiplos campos ocupacionais vinculados as políticas públicas. Trata-se de uma discussão sobre o trabalho deste profissional, enfatizando a formação, competências e ações desenvolvidas mediante as requisições e demandas que interferem e são constitutivas do trabalho do assistente social. Os artigos estão vinculados as pesquisas realizadas pelos autores, apresentando como traço característico o estudo sobre o trabalho profissional a as condições nas quais se efetiva. Serão apresentados quatro artigos: **O exercício profissional do assistente social nas políticas públicas:** competências e atribuições. Este artigo analisa as requisições e competências requeridas aos assistentes sociais que atuam nas políticas públicas. Trata-se do resultado de pesquisa desenvolvida com profissionais que atuam na execução das políticas, identificando as requisições, competências e os impactos nas condições de trabalho. A análise dos dados possibilitou o reconhecimento das atividades desenvolvidas com os usuários; o trabalho em equipe; as condições de trabalho e assalariamento do profissional. Identificou-se que as requisições e demandas de trabalho são reconstruídas e determinadas também pelos impactos da complexificação das expressões da questão social. **Serviço Social, formação profissional e trabalho em saúde.** O estudo objetivou identificar a relação entre a formação oferecida na graduação em Serviço Social e as demandas do trabalho em saúde. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que entrevistou assistentes sociais e trabalhadores em saúde. A pesquisa evidenciou que as condições de trabalho dos assistentes sociais se assemelham ao conjunto dos trabalhadores brasileiros, o que não pode ser desconsiderado nas análises sobre o exercício profissional. Percebeu-se tensões no âmbito da análise do trabalho em saúde, elucidando lacunas entre a formação oferecida e os sentidos e alcance do trabalho desenvolvido. Assim, emergem novas e velhas demandas que indicam a centralidade do exercício profissional nos processos formativos. **A prática profissional do Serviço Social na área da educação:** possibilidades e contradições. O artigo apresenta resultados de uma pesquisa quali-quantitativa junto aos diretores de escolas públicas estaduais do Município de Londrina com a finalidade de conhecer as demandas de trabalho para o Serviço Social na área da educação. Neste sentido é necessário que a educação escolar seja impulsionada

¹ Doutora. Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: mabeltorres2009@gmail.com

² Doutora. Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: liriabettiol@uel.br

³ Doutora. Universidade Estadual de Londrina (UEL) E-mail: claudianeveess@uel.br

⁴ Doutora. Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: elianecampos@uel.br



por relações de respeito entre os sujeitos envolvidos na prática pedagógica, isto é, reconhecimento das diferenças sociais, culturais, étnicas, religiosas, de gênero. **Gestão de Políticas Sociais e Serviço Social:** um estudo a partir das demandas profissionais. O estudo tem como objeto a gestão e suas expressões no cotidiano dos processos de trabalho dos assistentes sociais que trabalham nos diferentes municípios brasileiros, objetivando analisar como as demandas profissionais emergentes, particularmente no âmbito da atuação em órgãos públicos com a gestão de políticas sociais, configuram o exercício profissional do assistente social. A metodologia baseou-se na abordagem qualitativa e na pesquisa documental. Verificou-se que majoritariamente as demandas são provenientes das políticas de assistência social e saúde e que se concentram atividades relacionadas à gestão do trabalho, gestão financeira e gestão de informações.

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: competências e atribuições

Mabel Mascarenhas Torres⁵

Este artigo analisa as requisições e competências requeridas aos assistentes sociais que atuam nas políticas públicas. O artigo apresenta o resultado pesquisa desenvolvida com profissionais que atuam na execução das políticas, com base na análise de artigos publicados em periódicos Qualis A para área de Serviço Social. Foram identificados as requisições, competências e os impactos nas condições de trabalho. A análise dos dados possibilitou o reconhecimento das atividades desenvolvidas com os usuários; o trabalho em equipe; as condições de trabalho e assalariamento do profissional. Identificou-se que as requisições e demandas de trabalho são reconstruídas e determinadas também pelos impactos da complexificação das expressões da questão social.

Palavras-chave: Serviço Social; dimensão interventiva; exercício profissional; competência; atribuição

⁵ Doutora. Universidade Estadual de Londrina (UEL).E-mail: mabeltorres2009@gmail.com

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar o resultado parcial da primeira fase da pesquisa intitulada "Exercício profissional do assistente social: particularidade e conhecimentos mobilizados para sua efetivação". Esta pesquisa tem por objeto analisar as expressões do exercício profissional do assistente social em seus múltiplos campos de atuação, considerando os descompassos entre o saber o e fazer profissional. Para tanto, o problema que se coloca em curso é analisar os conhecimentos mobilizados pelos assistentes sociais para realizar/ operacionalizar seu exercício profissional. A revisão de literatura que possibilitou a construção deste artigo teve por objetivo identificar como na produção dos autores e pesquisadores brasileiros é apresentado o trabalho desenvolvido pelo assistente social, em especial aqueles que tratam das expressões do exercício profissional. Foram levantados os periódicos de circulação nacional com classificação na CAPES – Qualis A 1 e 2 para a área de Serviço Social, e posteriormente, utilizando as palavras chaves: Serviço Social – exercício profissional – instrumentalidade – dimensão interventiva – conhecimento – produção do conhecimento – cotidiano – campos ocupacionais, ocorreu a escolha e seleção dos artigos, totalizando 229 (duzentos e vinte e nove). Este levantamento ocorreu durante o ano de 2014 e abarcou o período de 2000 a 2014 - primeiro semestre. Os periódicos selecionados estão disponíveis em base digital. Identificou-se que a periodicidade da publicação é semestral, com exceção da Revista Serviço Social e Sociedade que é trimestral. Publicam em média 12 (doze) artigos por volume, envolvendo também resenhas, dossiês, entre outras formas de apresentação de informação. Após a identificação dos periódicos foi realizada a busca por meio das palavras-chaves e na sequência, a leitura prospectiva do material selecionado, identificando as concepções, definições, autores de referência com vistas a identificar as possíveis direções proposta para o debate sobre o exercício profissional do assistente social. Para fins deste artigo foram analisados os dados relacionados ao conteúdo explicitado quanto ao "exercício profissional do assistente social", totalizando 46 (quarenta e seis) artigos. O recorte do texto foi direcionado as concepções apresentadas pelos autores quanto ao exercício profissional, as requisições e demandas apresentadas aos assistentes sociais.

2. Serviço Social: dimensão interventiva e exercício profissional do assistente social

Para identificar o modo como os assistentes sociais executam o seu exercício profissional, torna-se necessário reconhecer que o Serviço Social vem se constituindo como

profissão, inscrito na divisão social e técnica do trabalho⁶, regulamentada pela Lei nº 8662/93, de 07 de junho de 1993, com alterações determinadas pelas resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94, e balizada pelo Código de Ética, aprovado através da resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993. É uma profissão reconhecida pela sua natureza analítica e interventiva, o que legitima os assistentes sociais a planejar e construir respostas profissionais mediatizadas pelas necessidades sociais identificadas e experienciadas pelos sujeitos que vivem nesta realidade social. Balizado nas direções construídas pelo conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS para a formação, a saber: teórica e metodológica; ética e política e técnico-operativa, os profissionais reconhecem que essas direções fundamentam também o exercício profissional, além de garantir a direção social necessária a esta profissão. O assistente social atua nas mais diversas políticas sociais, contratado pelo Estado para planejar, executar, monitorar e avaliar as ações. Ou seja, o Serviço Social é uma profissão requisitada pelo Estado e suas instâncias para atender as necessidades sociais -via políticas sociais - decorrentes das expressões da "questão social"⁷. Para a identificação dessas necessidades, toma como referência: o reconhecimento das expressões da "questão social"; a análise da realidade social; identifica demandas de atendimento e finca a atuação calcada na perspectiva dos direitos. Portanto, o assistente social atua nas contradições inerentes a constituição da sociedade capitalista e ao mesmo tempo em que responde aos interesses do empregador, interpreta o campo ocupacional no qual se insere como trabalhador assalariado. Por meio de um conjunto de saberes decorrentes do seu processo formativo, constrói respostas profissionais direcionadas as demandas apresentadas pela população usuária, bem como aquelas propostas pelo empregador. Neste sentido, o exercício profissional é construído a partir do entendimento que o profissional tem das dimensões que são constitutivas do seu fazer profissional – interventiva, ético-política; analítica e investigativa.

Observando o trabalho realizado pelos assistentes sociais vale dizer que deve ser analisado por meio de suas particularidades; no modo como os profissionais analisam as contradições constitutivas da realidade social e efetivam suas atividades. Assim, a este profissional "[...] remete à compreensão do espaço institucional, enquanto expressão das

⁶ Segundo Iamamoto e Carvalho (1983), a divisão social e técnica do trabalho "determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas, tão logo o trabalho assume um caráter social, executado na sociedade e através dela." (IAMAMOTO & CARVALHO, 1983, p. 16)

⁷ Para Netto (2001), "o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a "questão social" "[...] "A "questão social" é constitutiva do desenvolvimento capitalista. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo." (NETTO, 2001, p. 45)

contradições sociais, [...]” (Silva e Silva, 1995, p. 190), bem como as implicações destas contradições nas condições objetivas de vida dos usuários que buscam no trabalho deste profissional as respostas às suas necessidades. Desde os primórdios da profissão, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais é direcionado majoritariamente à população que vive em condição de pobreza. Excluída do processo produtivo, da produção de bens e serviços, essa população procura no assistente social o profissional que poderá ampará-la, orientá-la para que possa superar suas necessidades sociais. Atua nas mais diversas políticas públicas, sendo reconhecido como um dos protagonistas na produção do conhecimento sobre: proteção social; contradições inerentes ao modo de produção capitalista; implicações das desigualdades nas condições objetivas de vida da população, entre outros temas essenciais para interpretar a realidade social. A medida em é requisitado por quem o contratou para construir respostas profissionais, o assistente social também tem reconhecido seus saberes, o que legitima o seu fazer. Esta legitimação não está somente na intervenção em si mas decorre do modo como aqueles que requisitam o trabalho do assistente social reconhecem seus saberes, sua capacidade argumentativa e, conferem e dão aval ao fazer deste profissional. Outro aspecto fundamental para o reconhecimento do exercício profissional do assistente social é identificar as condições objetivas onde este trabalho é realizado; ao mesmo tempo em que é necessário entender o porquê do Serviço Social ser considerado uma profissão que colabora para dar vida e visibilidade às organizações onde os profissionais executam suas ações. Assim, "as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas [...] a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante (IAMAMOTO & CARVALHO, 1983, p. 75). É perceptível o quanto essas relações estabelecidas no cotidiano profissional bem como o conhecimento associado a elas colaboram para o estabelecimento de uma cultura profissional, ora associada ao consenso, a minimização dos conflitos, ora associada à defesa de um projeto societário em consonância ao projeto ético-político⁸. A cultura profissional revela hoje as contradições experienciadas pelos assistentes sociais no seu cotidiano profissional, o que reflete a luta pela hegemonia da direção que se quer para o Serviço Social na contemporaneidade. Num certo sentido os profissionais reconhecem que o Serviço Social vem ganhando visibilidade e qualidade analítica quando se concretiza a

⁸ Sobre o Projeto ético-político ver a produção de José Paulo Netto, especialmente os artigos publicados na Revista Inscrita editada pelo CFESS.

partir de uma articulação de saberes que lhe garantem consistência argumentativa. O que se observa é que a discussão do conhecimento pode ser identificada como algo distante do trabalho realizado pelo assistente social que se reconhece como profissional da prática, ou seja, a dinâmica imposta nos campos ocupacionais, as precárias condições de trabalho possibilitam pouco espaço para que estes profissionais possam analisar - do ponto de vista teórico - metodológico ético e político - seu exercício profissional. Isso favorece a reprodução das atividades determinadas pela organização que contrata seus serviços, sem questionamentos - não necessariamente com o objetivo de se contrapor a elas, mas sim de analisar, com vistas a construção de respostas profissionais crítico e criativas que de fato tenham relação com a realidade social, com o projeto ético-político e com as condições objetivas de vida do usuário, sujeito desse processo. Um primeiro indicativo é que esse conjunto de conhecimentos deve ser constitutivo do exercício profissional e não visto como pano de fundo ou cenário onde o fazer profissional se efetiva, ou seja, "[...] o conhecimento não é só um *verniz* que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado." (IAMAMOTO, 1998, p. 63) Deste modo, identifica-se também que o conhecimento pode ser fonte de um modo de explicitação do exercício profissional do assistente social. Esta relação ganha corpo quando o profissional se apropria do conhecimento como um dos elementos presentes na profissão e necessários para sua qualificação. Cabe dizer que essa não é uma relação apriorística ou estabelecida independentemente da vontade dos sujeitos; ao contrário, ela remete ao conhecimento e aos significados que os assistentes sociais atribuem à relação no trato profissional. O modo como os assistentes sociais entendem essa relação é constituído de múltiplas determinações e visualizado no exercício profissional do assistente social. Explicita a complexidade da rede de conhecimentos que os assistentes sociais utilizam quando estão exercendo a profissão. Uma questão se destaca: essa construção depende fundamentalmente do profissional, sendo de sua responsabilidade construir e estabelecer essa relação e não necessariamente, um desejo, anseio ou necessidade do empregador. Para Guerra (1995), "[...] a posição dos sujeitos, ou o fator subjetivo, no processo do conhecimento, na escolha de referências teóricas capazes de proporcionar explicações mais aproximadas possíveis da realidade não é de importância secundária. (GUERRA, 1995, p. 179). Assim, a construção da relação teoria e prática também pode ser determinada pelo modo como o profissional entende e se identifica com o exercício profissional que realiza. É oportuno dizer claramente que a compreensão de que o exercício profissional requer

conhecimento é papel preponderante do assistente social. Por isso, não é fácil afirmar que esse conhecimento é apropriado de forma igualitária, com a mesma intensidade ou identificada com a mesma importância por todos os profissionais. Levar em consideração os conhecimentos já existentes, associados a análise da realidade, favorece não somente a identificação de demandas de atendimento mas também a construção de respostas interventivas de caráter crítico e analítica. Por esse caminho, a intervenção ganha em conteúdo, consistência e visibilidade, porquanto demanda do profissional conhecimento sócio-histórico, das tendências teórico-metodológicas, dos componentes éticos e políticos e das condições objetivas de vida do usuário.

3. Os resultados da pesquisa quanto as requisições e demandas constitutivas do exercício profissional do assistente social

Os artigos analisados apresentam como traço comum terem sido construídos em decorrência da elaboração de pesquisas; a vinculação dos autores em grupos de pesquisa cadastrados na CAPES, bem como a formação pós-graduada *stricto sensu*.

A pesquisa vem ganhando espaço significativo para o reconhecimento do Serviço Social como profissão de natureza é analítica e interventiva. Torna-se cada vez mais necessário - desde o processo formativo - que os assistentes sociais desenvolvam ações de caráter investigativo, realizando pesquisas que possibilitem o reconhecimento da realidade social e dos fenômenos constitutivos desta realidade que afetam diretamente seu cotidiano de trabalho. Nota-se que a pesquisa é instrumento valioso para o trabalho do assistente social. Tem sido requerido a este profissional o desenvolvimento de uma atitude investigativa capaz de instigar a descoberta dos determinantes constitutivos dos fenômenos sociais, ultrapassando a aparência destes e assim, estabelecendo o ato de conhecer como um dos pilares para a construção de um exercício profissional crítico e coerente com a direção social estabelecida para esta profissão. A atitude investigativa tem sido uma diretriz para a formação profissional uma vez que favorece: a elaboração de conhecimentos que possam sustentar o posicionamento teórico e político assumidos pelos assistentes sociais e, a elaboração de conhecimento a partir do exercício profissional desenvolvido. Outro aspecto importante é que a investigação possibilita o acúmulo de conhecimentos acerca da realidade social, além de consolidar a unidade indissociável entre a teoria e a prática, ou seja, "[...] a teoria e a prática mantêm sua autonomia" [...] "só é fecunda a teoria que não se desata da realidade por ela interpretada" (BATTINI, 2009, p. 57). Reconhecer a importância da atitude investigativa reforça que o Serviço Social é uma profissão que não pode abrir mão do

constructo teórico e prático constitutivos do seu exercício profissional. Ainda sob este aspecto, os assistentes sociais tem no cotidiano profissional amplo campo de possibilidades de construção de objetos de investigação que possam contribuir para a consolidação da intervenção profissional. A análise bibliográfica e documental possibilitam ao pesquisador identificar balizadores e caminhos analíticos para o exercício profissional. A pesquisa de campo envolvendo os profissionais poderá indicar os limites e as possibilidades para esta profissão.

Quanto as requisições e demandas apresentadas aos assistentes sociais identificou-se:

“Somos alguns dos trabalhadores chamados a atuar sobre as sequelas criadas pela apropriação desigual dos bens gerados pela humanidade e sobre as consequências da exploração de força-de-trabalho, [...]” (0001PP, p. 231)

“Cabe, portanto, ao assistente social, a formulação de estratégias para que se efetive nos serviços de saúde o direito ao acesso e à participação da família nesse processo, considerando sempre as ferramentas contidas no Código de Ética Profissional.” (0002PP, p.140)

“Atuando nos conselhos, o profissional desenvolve inúmeras atividades, tais como: controle social; capacitação; assessoria; consultoria; supervisão; fiscalização; administração, pesquisa; planejamento; elaboração de projetos; captação de recursos e etc.” (0007PP, p.216)

“Na atualidade, *[o assistente social]* é requisitado para atuar nos conflitos de toda a ordem, nos quais utiliza ser saber-poder e sua competência para desvendar as nuances dos conflitos sociais que têm determinações mais amplas.” (0005A, p. 226)

“[...] o exercício profissional não é autoexplicável, ou ainda, autorreferenciado. Interferir, orientar significa construir uma opinião profissional, uma resposta socioprofissional a respeito da questão apresentada, levando-se em consideração o modo como o usuário entende a questão tratada, uma vez que é vivida por ele.” (0010A, p. 204)

“O assistente social, ao acolher inicialmente os usuários e, por vezes, estar na execução direta dos serviços, é visto como mediador no acesso dos usuários aos direitos sociais e deve ter sempre em perspectiva a ampliação destes direitos, bem como a participação da população nos mecanismos de controle social.” (0016 A, p. 151 - 152)

Ao identificar e analisar as requisições e demandas apresentadas aos profissionais alguns elementos são essenciais para pensar o exercício profissional do assistente social. O primeiro é que o assistente social é no dizer de Lamamoto (1998) um sujeito que coloca em movimento seu acervo de saberes para construir seus fazeres e consolidar a direção social proposta para a profissão, ou seja, a atuação na perspectiva dos direitos. A intervenção é construída a partir da apropriação que o profissional demonstra ter das expressões da "questão social"; da análise da vida social; das necessidades sociais e do modo como legitima as ações com base neste conhecimento. Assim, como profissional assalariado que

se insere em campos ocupacionais, lhe é determinada a realização de ações direcionadas majoritariamente a população destituída de seus direitos fundamentais. Portanto, se configura como dever dos assistentes sociais reconhecer as condições objetivas de vida desta população; identificar quem demanda seu trabalho bem como as demandas para as quais são requeridas respostas profissionais.

Outra questão que incide no campo do assalariamento é que ao adentrar um campo ocupacional o assistente social se depara com requisições, exigências, indicativos e determinações que não são necessariamente estabelecidas pelo próprio profissional mas que interferem diretamente no seu trabalho. Observou-se dentre as requisições, tanto aquelas identificadas pelos contratantes bem como pelos profissionais. As requisições observadas nos artigos dizem respeito às condições de trabalho; as exigências de um posicionamento do assistente social fincado na ética; o reconhecimento da profissão derivada das necessidades do capitalismo de controlar os conflitos de interesse entre as classes; do reconhecimento da condição social dos usuários. Com relação às demandas de trabalho apresentadas aos assistentes sociais, nota-se claramente o quanto se faz necessária a análise das determinações presentes na sociedade capitalista e anuir que as respostas profissionais são construídas a partir das necessidades sociais experienciadas pelos sujeitos. Portanto as demandas "[...] emanadas das necessidades das classes subalternizadas, não se apresentam de maneira nem direta nem imediata à profissão, mas mediatizadas pela instituição [...]" (GUERRA, 2009, p. 81). Neste caminho torna-se visível que a interpretação que o profissional constrói do campo profissional onde se insere como profissional assalariado, gerenciando os serviços apenas as políticas sociais e decisivo para o reconhecimento das demandas a ele submetidas e requeridas as respostas profissionais. É certo afirmar também que as condições de trabalho interferem na identificação das demandas de trabalho uma vez que é exigido a construção de respostas imediatas para as demandas imediatas, configuradas a partir de um "[...] padrão de política social vigente limitam/potencializam a ação do assistente social." (GUERRA, 2009, p. 82). O que fica nítido por meio da leitura dos artigos é que neste padrão de política social ainda está em curso a transição de uma lógica clientelista, seletivista, individualizando os fenômenos sociais, o que permite a construção de ações focalistas, repetitivas, burocratizadas, numa perspectiva "caso a caso", dando margem a um exercício profissional que reforça a assistencialização, numa relação seletiva de enquadramento dos mais pobres, para a perspectiva da proteção integral, da proteção social, quando fica claro o direito como direito e não mérito ou mesmo benefício.

Quanto as competências identificou-se:

"[...] os assistentes sociais atuam atendendo as especificidades advindas da classe trabalhadora." (0016A, p. 151)

"O assistente social, ao acolher inicialmente os usuários e, por vezes, estar na execução direta dos serviços, é visto como mediador no acesso dos usuários aos direitos sociais e deve ter sempre em perspectiva a ampliação destes direitos, bem como a participação da população nos mecanismos de controle social." (0016A, p. 152)

"[...] a atuação profissional de Serviço Social tem sido requisitada, tanto no processo de formulação quanto na gestão e execução de programas e projetos que visem assegurar a esse segmento social o respeito às suas especificidades e o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, numa parceria permanente com o núcleo familiar e com o investimento público." (0006PP, p.208 - 209)

"[...] desvendar as formas de vida das populações subalternas, identificando a desigualdade, como fenômeno constitutivo dessa sociedade, assim como as formas de resistência a tudo que os aniquila, para construir um trabalho na perspectiva da garantia de uma vida digna, pautada no reconhecimento de seu protagonismo na construção de uma sociedade mais justa." (0001A, p. 99)

"[...] contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados e a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida." (001A, p. 101)

"O assistente social tem capacidade de intervir em ações concretas do cotidiano que atravessam as relações familiares e sociais." [...] "ele traduz o que viu, ouviu e observou demonstrando nas suas sugestões as problemáticas que lhe são apresentadas *in loco*, num esforço para destituir as possibilidades de acesso aos direitos individuais." (0005A, p. 228 - 229)

"contribuir para consolidar a coerência, a consistência teórica e argumentativa, e, para além disso, são as formas concretas do agir profissional." [...] produzidos pelos assistentes sociais e/ou apropriados por eles com vistas a interpretar e analisar a realidade social." [...] "compreende-se a capacidade e a competência do profissional de tomar decisões, determinar seu exercício profissional, dar direção ao que faz, sempre assentada em uma realidade concreta" (0010A, p. 205)

"A execução da gestão cabe ao assistente social: organizar e realizar o processo de inclusão do usuário, interpretar as exigências e determinações e 'rearranjar' as atividades para proceder à operacionalização dos programas, acompanhar o desenvolvimento do usuário e sua adesão à proposta de trabalho estabelecida e avaliar o processo, comparando os objetivos previamente estabelecidos pelos gestores públicos e as metas atingidas." (0010A, p. 209)

As competências estabelecidas para o exercício profissional estão indicadas na Lei de Regulamentação da Profissão em especial nos artigos 4º e 5º. Entende-se que é requerido do assistente social tanto a competência técnica como a política, o que será crucial na construção das respostas profissionais decorrentes das demandas inerentes a sociedade capitalista. A leitura dos artigos possibilitou a constatação de que as competências requeridas aos assistentes sociais são mediadas por sua condição de trabalho bem como pela percepção de quem o contratou demonstra ter do trabalho desenvolvido pelo profissional. Mais uma vez, mediada pela gestão das políticas sociais, o

assistente social tem o papel de discernir, confirmar a condição social dos usuários, aproximando esse conhecimento da gestão de modo a tensionar, alterar e interferir nas regras previamente estabelecidas para a execução dos serviços apensos a essas políticas. As competências são identificadas majoritariamente quando da ação e da relação direta que o assistente social estabelece com os usuários, sendo legitimada a necessidade do usuário ter um claro espaço de manifestação da sua condição social. Neste sentido, mais que intermediador e interprete da organização na qual trabalha é dever do assistente social evidenciar em que condição social vive a população usuária e como esta condição deve ser considerada na gestão das políticas sociais. Aqui também é comprovada uma ambiguidade presente na política social brasileira e que interfere diretamente nas competências do assistente social: apesar das políticas sociais (em especial aquelas vinculadas a seguridade social) indicar que "[...] resultam e interferem nos processos relacionados com a reprodução social da vida, desenvolvendo sua ação em situações sociais que afetam as condições de vida da população em geral [...]" (YAZBEK, 2009, p. 112), o que está em curso ainda é a interferência da gestão reforçando ações de caráter seletivistas e clientelista que mascaram as possibilidades de reconhecimento do usuário como sujeito capaz de construir escolhas decorrentes da sua condição social. Se esta percepção é verdadeira está longe no horizonte profissional a concretização de ações que evidenciam o protagonismo do usuário ou mesmo reconhecem sua autonomia. As competências do assistente social ficam também submetidas aos limites de possibilidades da sociabilidade construída sob a lógica do capital; sob a condição de assalariamento e da relativa autonomia dos profissionais; as condições éticas e técnicas do trabalho, entre outros aspectos.

Com relação ao exercício profissional observou-se:

"No exercício profissional, as matrizes teórico-filosóficas adotadas pelos profissionais são variadas e heterogêneas. Essa incorporação se dá em função das preferências particulares, identificação dos profissionais com determinada teoria, da área de atuação, do contexto, a dinâmica institucional e de outras interferências." (0021A, p.192)

"[...] o trabalho do assistente social no SUAS convive com uma realidade de perda de direitos, de desmonete das políticas sociais universais e de caráter público, e de precarização das condições de trabalho, exigindo uma capacidade interventiva capaz de fazer os enfrentamentos necessários em busca da defesa dos direitos sociais e da consolidação do SUAS, dentro da autonomia relativa que demarca o exercício profissional dos assistentes sociais." (0008A, p. 199)

"[...] os assistente sociais afirmam o uso dos instrumentos ético-normativos cotidianamente, por meio do respeito ao usuário, no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na inserção da população nas decisões institucionais" [...] "como forma de exigir melhores condições de trabalho e sigilo no atendimento das demandas." (0021A, p. 195)

"[...] o exercício profissional do assistente social no campo sociojurídico, sua atuação se coloca com a articulação do saber-poder nas relações de poder inerentes aos diferentes espaços que conformam esse campo. Sua intervenção carregada de saber-poder se dá, por exemplo, ao elaborar um estudo social ou parecer social, quando se tem a possibilidade de influenciar em uma determinada ação judicial." [...] "Suas ações profissionais são atravessadas por um saber-poder, ao examinar, classificar, registrar, observar e analisar o comportamento dos indivíduos." [...] "este profissional vai *in loco* interpretar a realidade social." (0005A, p. 228)

"[*Segundo o juiz,*] o Serviço Social está presente significativamente, podendo promover estratégias e possibilidades na esfera judicial por ter um trabalho diferenciado no fornecimento de subsídios que podem ampliar o acesso aos direitos sociais." (0005A, p. 231)

"[...] desvendar as formas de vida das populações subalternas, identificando a desigualdade, como fenômeno constitutivo dessa sociedade, assim como as formas de resistência a tudo que os aniquila, para construir um trabalho na perspectiva da garantia de uma vida digna, pautada no reconhecimento de seu protagonismo na construção de uma sociedade mais justa." (0001A, p. 99)

"[...] o exercício profissional não é autoexplicável, ou ainda, autorreferenciado. Interferir, orientar significa construir uma opinião profissional, uma resposta socioprofissional a respeito da questão apresentada, levando-se em consideração o modo como o usuário entende a questão tratada, uma vez que é vivida por ele." (0010A, p. 204)

A leitura dos artigos possibilitou a identificação de alguns aspectos presentes no exercício profissional do assistente social. Um dos aspectos refere-se a dimensão interventiva que se revela como o lócus deste fazer profissional, podendo ser considerada com síntese das demais dimensões constitutivas do Serviço Social. A intervenção cuja lógica está atreladas as três direções presentes desde a formação do assistente social a saber: teórico e metodológica; ético e política e técnico-operativa, é materializada a partir de um sistema de mediações por meio do qual afloram as determinações constitutivas desta intervenção. Essas determinações podem ser asseguradas a partir das contradições inerentes, que fazem parte da realidade social sob a lógica do capital: a acumulação, o acelerado processo de desigualdade social, a expropriação da classe trabalhadora do

produto do seu trabalho; a complexificação das expressões da "questão social", em especial a pauperização da classe trabalhadora e daqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho; as expressões da violência; a retração dos investimentos do Estado nas políticas sociais ao mesmo tempo em que o investimento em programas de combate a pobreza se dá pela transferência de renda e pelo incentivo ao consumo.

Compreender a profissão como historicamente determinada, como uma especialização do trabalho coletivo é fundamental para construir e fortalecer o significado social desta profissão, numa perspectiva de direitos.

Além disto, identifica-se que o exercício profissional é reconhecido por meio das respostas interventivas e contribui também para a reprodução das relações sociais⁹ em curso. Ou seja, o assistente social reconhece as relações sociais e as interpreta por meio dos fenômenos sociais decorrentes da complexificação da "questão social".

Outro aspecto é a identificação do assistente social como trabalhador das políticas sociais, incidindo sob o modo como operam seus saberes e constroem respostas profissionais. Assim, ficam implicadas as discussões relacionadas ao estatuto assalariado e a relativa autonomia do profissional. Neste sentido fica claro que o exercício profissional também é uma atividade social determinada pelas circunstâncias sociais objetivas e ultrapassa a vontade individual dos profissionais. Ao colocar em movimento o exercício profissional em um contexto adverso, contraditório, o assistente social reconhece as necessidades sociais dos usuários, suas estratégias para sobreviver e, busca construir respostas interventivas que ultrapassem a perspectiva individualista, da comprovação do comportamento dos usuários e de sua condição social, ou seja, cria possibilidades de incluir na intervenção outras demandas de trabalho que não somente aquelas previamente determinadas pelo empregador mas também aquelas identificadas na relação com os usuários e percebidas pelos profissionais por meio da análise da vida social.

Ao tomar para o seu trabalho as questões singulares que envolvem a vida dos usuários, pode favorecer a análise das condições objetivas de vida desses usuários, reconhecendo-os como sujeitos que decidem sua própria vida. Neste sentido o assistente social tende a reconhecer seu trabalho mediado pela relação entre o profissional e o usuário como aquele que melhor explicita o seu fazer.

⁹ Segundo Iamamoto e Carvalho (1983), a reprodução das relações sociais "[...] é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade." (IAMAMOTO & CARVALHO, 1983, p. 72)

Considerações Finais

A análise dos artigos publicados nos periódicos, apresentam várias possibilidades de compreender como o exercício profissional do assistente social tem sido reconhecido e tornado objeto de investigação para os pesquisadores da área.

Analisar a profissão é fundamental para entender as expressões do exercício profissional, as mediações entre a formação e a materialização da dimensão interventiva. Além disto, os artigos sinalizam que não é possível entender o exercício profissional fora da lógica do assalariamento; da relação estabelecida entre o profissional e os usuários; da necessidade de planejar as ações desenvolvidas nos campos ocupacionais, incluindo aí a escolha dos instrumentos técnico-operativos, o necessário posicionamento ético frente complexificação das expressões da "questão social" e dos descompassos entre as determinações presentes no estatuto legal das políticas sociais e a gestão das políticas. Ainda neste sentido a importância do assistente social avaliar seu trabalho e reconhecê-lo inserido na dinâmica da vida social.

REFERÊNCIA

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e prática profissional. In: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2009, p. 53 - 77.

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS - **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93**, que regulamenta a profissão de assistente social, 1993.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2009, p. 79 - 106.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda V. **A Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". In: **Temporalis**. ano 2, n. 03 (jan/jul 2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001, p. 41 - 49.



SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

YASBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social e a construção dos direitos sociais. In: **A prática profissional do assistente social**: teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009, p. 107 - 127.

SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO EM SAÚDE

Social Service, professional formation and health work

Líria Maria Bettiol Lanza¹⁰
Jéssica Furuata Inácio¹¹
Vanessa de Souza Novaes¹²

Resumo:

A formação profissional qualificada é fundamental para práticas comprometidas com os princípios do Sistema Único de Saúde. O estudo objetivou identificar a relação entre a formação oferecida na graduação em Serviço Social e as demandas do trabalho em saúde. Os dados apresentados são fruto de uma pesquisa qualitativa que entrevistou assistentes sociais egressos e trabalhadores em saúde. A partir de suas vivências e discursos evidenciou-se que as condições de trabalho dos assistentes sociais se assemelham ao conjunto dos trabalhadores brasileiros e que tal aspecto não pode ser desconsiderado nas análises sobre o exercício profissional. Foi possível perceber tensões no âmbito da análise do trabalho em saúde, elucidando lacunas entre a formação oferecida e os sentidos e alcance do trabalho desenvolvido. Assim, emergem novas e velhas demandas que indicam a centralidade do exercício profissional nos processos formativos.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação profissional. Trabalho em Saúde. Exercício Profissional do Assistente Social.

Abstract:

The qualified professional formation is essential for commitment practices with the Unique Health System. The study aimed to identify the relation between formation, offered by graduation in Social Service, and work's demand in the health field. The following data were collected in a qualitative research that interviewed working and graduated social assistants of the health field. The experiences and speeches showed that the work conditions of social assistants are similar with others Brazilian workers and this outlook cannot be disregarded in the analyzes about the professional exercise. Were possible to realize tensions in the field of work and health analyzes, elucidating gaps between the offered formation and the senses and reaches of the developed work. Thus arise new and old demands that point the centrality of professional exercise in the formation process.

Key-words: Social Service; Professional formation; Health Work; Professional Exercise of the Social Assistant.

¹⁰ Doutora. Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: liriabettiol@uel.br

¹¹ Assistente Social. Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: jessica.furuhata@yahoo.com.br

¹² Assistente Social. Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: vns.vanessanovaes@gmail.com

Introdução

A saúde brasileira foi palco de profundas mudanças a partir da Constituição de 1988, com a implantação do Sistema Único de Saúde, que desencadeou uma série de inovações no âmbito do acesso, da gestão e do processo de trabalho. Em relação ao último, os trabalhadores em saúde tiveram que reorientar suas práticas e assim, o espaço da formação passou a ser explorado considerando-o fundamental, já que as mudanças necessárias para o SUS se efetivariam a partir da preparação adequada de seus trabalhadores.

Iniciativas foram desenvolvidas para afinar os propósitos profissionais aos do SUS. O Serviço Social enquanto uma profissão em saúde, com uma trajetória antiga na referida política, não se furtou desse debate e a formação em saúde adensou a discussão sempre presente da formação profissional.

Diante dessas constatações, o estudo apresentado procurou investigar a formação profissional oferecida na graduação e as demandas geradas a partir do trabalho em saúde. A pesquisa envolveu os egressos de um curso de serviço social no triênio 2010-2012 e, a partir da adesão voluntária, teve como sujeitos 31 assistentes sociais que contribuíram com informações gerais sobre a inserção no mercado de trabalho e em específico na área da saúde, foram preenchidos oito (08) questionários eletrônicos e realizadas entrevistas com cinco (05) sujeitos.

O texto apresentado está estruturado em três momentos. Sendo assim, o primeiro debate foi apresentado como o Serviço Social entende e concebe um projeto formativo no interior da profissão tendo como foco o trabalho em saúde. Em um segundo momento aponta alguns resultados obtidos a partir da pesquisa com egressos atuantes nessa área. Por último, o texto aponta algumas contribuições oriundas da pesquisa a partir da realidade dos assistentes sociais recém-formados que atuam na área da saúde, fornecendo elementos para enriquecer o debate produzido pela categoria profissional.

A formação profissional e o trabalho em saúde.

Quando se analisa a formação profissional em qualquer contexto ou por diferentes prismas, fica evidente o papel das instituições de ensino enquanto espaço e orientadoras dos projetos formativos. No Brasil, vários autores (BUARQUE, 1994; CHAUI, 2001, dentre outros) se propuseram a examinar a universidade brasileira. Uma importante reflexão vem

da obra *Escritos sobre a universidade* de Chauí (2001), na qual estão presentes sérias reflexões sobre como o contexto geral do capitalismo contemporâneo afetou a universidade em várias direções, como, por exemplo, no sentido de um distanciamento entre universidade e sociedade, o que a colocou como uma instituição à parte e, portanto, sem nenhuma obrigação em relação à segunda. Além disso, a instituição foi orientada rumo a uma crescente feição empresarial que modificou sua estrutura.

O processo de contrarreforma do Estado, vivenciado a partir da década de 1990 - caracterizado por privatizações; mercantilização de todos os setores da vida social, fragmentação e focalização das políticas públicas - influenciou diretamente na estruturação dos cursos de nível superior.

Nas informações de 2011 foram registradas 2.365 Instituições de Educação Superior, das quais apenas 190 são universidades, um percentual de apenas 8% do total. As demais instituições consistem em Centros Universitários (5,6%), IF's e CEFET's (1,7%) e Faculdades isoladas (84,7%) (INEP, 2011). Em relação a categoria administrativa temos, deste mesmo total, um montante de 2.081 instituições de ensino superior privadas (88%) contra 284 (12%) de instituições públicas, uma diferença considerável. (INEP, 2011)

As transformações societárias advindas da crise contemporânea, em que o capitalismo busca como estratégias de saída a reestruturação produtiva e a revolução informacional, refletem nos espaços de trabalho e requerem novas exigências aos profissionais envolvidos nos processos de trabalho afetando a formação profissional. Tal realidade atravessa o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e tem no âmbito da formação gerado diversos debates para a categoria.

Considera-se que a formação voltada aos princípios mencionados pela ABEPSS, busca um determinado perfil que influencia o exercício e o modo como os agentes profissionais percebem a realidade e o cotidiano de trabalho com suas contradições e constrangimentos oriundos da sociabilidade capitalista. É relevante destacar que o projeto ético-político profissional tem a formação profissional como eixo condutor das mudanças e horizontes pretendidos pela categoria e expressa a preocupação em não dissociar os debates teóricos e políticos do exercício profissional, o que repõe a importância dos processos formativos dos profissionais.

O reconhecimento do Serviço Social como uma profissão em saúde, advém do fato de ter sido um dos maiores espaços sócios-ocupacionais dos assistentes sociais brasileiros.

Excelentes estudos sobre a relação serviço social e saúde já foram publicados e remetem a vários objetos de estudo e pesquisa acerca desse espaço de atuação profissional (VASCONCELOS, 2002 BRAVO, 1996, MOTTA et al, 2000, COSTA, 2006, dentre outros), o que demonstra uma vitalidade investigativa da categoria profissional em relação à saúde e nesse sentido, ater-se a relação formação em serviço social e trabalho em saúde.

A relação entre formação e atuação na saúde ganha intensidade e novos contornos a partir do processo de redemocratização e implementação do Sistema Único de Saúde em 1990. Diante das mudanças expressivas que a política de saúde engendrou a partir da reforma sanitária, destacam-se as mudanças tecnológicas, organizacional e política para atuação nesse sistema, tais como a universalidade, integralidade da atenção à saúde, descentralização e participação popular, gerando novas orientações para os profissionais, incluso os assistentes sociais, em relação processo de trabalho em saúde, a superação do modelo de saúde hegemônico que privilegia a doença, reforça o caráter fragmentado e especializado e adota a medicalização da vida como fio condutor do processo de trabalho em saúde.

As profissões em saúde são convocadas para enfrentar esses desafios tendo em vista a garantia da universalidade e a qualidade dos serviços prestados. O percurso percorrido pelas profissões em relação à formação dos trabalhadores em saúde e especialmente dos assistentes sociais pode ser encontrado no estudo de Bettiol Lanza (2010) e revelam as tensões presentes na condição de profissão generalista e as particularidades do trabalho em saúde.

Tomando como fonte tal estudo pode-se afirmar que a atuação do serviço social na saúde tem sido requalificada e redimensionada por conta de um investimento da categoria profissional em responder as questões postas pela política de saúde e os usuários dos serviços, aproximando as Diretrizes Curriculares do Serviço Social ao debate da formação profissional para o SUS. Em levantamento desenvolvido nos sítios eletrônicos das entidades profissionais CFESS, ABEPSS e CRESS-PR no triênio 2010-2012 por Santarnecchi e Bettiol Lanza (2013¹³) foi encontrado um acervo expressivo de documentos, cartas abertas, materiais informativos e notas sobre a área da saúde e seus debates atuais.

¹³ Projeto de Iniciação Científica da pesquisa “Serviço Social, Formação Profissional e Trabalho em Saúde” desenvolvido em 2012-2013 no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina

Posto isso, fica evidente o compromisso do serviço social com a formação qualificada e orientada por um projeto profissional que tem como centralidade a defesa dos direitos sociais e de outra sociabilidade. A partir dessa constatação é possível desvelar as conexões estabelecidas entre processo formativo e atuação profissional de forma geral e nesse momento, especialmente a formação para o trabalho em saúde.

As expressões da relação formação profissional e saúde na percepção dos assistentes sociais recém-formados.

Para entender o quadro mais geral do exercício profissional, a pesquisa privilegiou levantar alguns aspectos gerais da inserção do assistente social no mercado de trabalho independente da área de atuação.

Na realidade investigada foi possível identificar que os profissionais recém-formados têm como campo inicial majoritário de trabalho a política de assistência social, reproduzindo a realidade nacional em decorrência da consolidação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Em seguida, o maior espaço sócio-ocupacional foi a saúde, reafirmando a legitimidade do profissional na política de saúde brasileira, conforme já foi apontado nos estudos de Costa (2006) e que tem indicado a permanência de tal área como um expressivo campo de trabalho para o Serviço Social.

Em relação aos aspectos relacionados às condições de trabalho, prevaleceu o contrato pela consolidação das leis trabalhistas - CLT, seguido imediatamente do regime estatutário, reportando a esfera estatal como maior empregadora dos assistentes e ainda, os concursos públicos como importante mecanismo de acesso ao trabalho. Outro apontamento relevante que o estudo demonstrou, foi que a maioria dos sujeitos está atuando na área de formação tendo como média de um a dois anos depois de concluído o curso de graduação para ingresso no mercado de trabalho. Em relação à faixa salarial, a maioria dos assistentes sociais (56%) recebe de 03 a 04 salários mínimos; de 01 a 02 salários mínimos (31%) e mais de 04 salários mínimos (13%).

Os assistentes sociais trabalhadores em saúde ao analisar o curso de graduação em Serviço Social avaliaram o currículo como adequado e de forma unanime como um aspecto a ser melhorado foi indicado o estudo do exercício profissional do assistente social (inclusive na esfera empresarial). Ainda, indicam a necessidade de homogeneizar a discussão sobre as políticas sociais no interior das disciplinas. Dessa forma, sugere que o ensino generalista acerca da atuação do assistente social é bastante particularizado ao ser

vinculado diretamente a oferta de estágio, ou a experiência docente com a área. Para Yazbek (2004), o Serviço Social precisa “recriar continuamente suas alternativas de trabalho, mobilizar recursos humanos e materiais, em face da mudança e da crescente complexidade, comunicar-se, negociar relações diversas e partilhar seus compromissos ético-profissionais”. Nesse sentido, a garantia de que a formação contemple o maior número possível de debates relacionados aos espaços de atuação do assistente social é fundamental.

Outro aspecto encontrado na pesquisa é o estágio supervisionado enquanto uma experiência individual na formação do profissional. Os sujeitos divergiram em relação ao estágio realizado, polarizando as avaliações entre satisfatório e insatisfatório indicando uma relativização dos resultados do ensino nesse campo. Dessa forma, corrobora-se com a preocupação de Gentilli sobre a complexidade desse processo em que “existe hoje, na prática, uma gama muito variada de focos de atenção dos assistentes sociais em relação aos problemas concretos cotidianos que estão completamente dispersos, sem uma boa articulação com os conteúdos mais genéricos da formação profissional” (GENTILLI, 2000, p. 135).

Em relação aos itens relacionados ao corpo docente e discente, os profissionais se limitaram a reconhecer a qualificação e compromisso de seus professores e apresentaram uma autoavaliação que demonstrou elementos da origem de classe desses profissionais ao relatarem as dificuldades de conciliar a vida pessoal, acadêmica e o trabalho frente à densidade do curso oferecido. Outro dado é a crítica à oferta e aos valores financiados pelas bolsas de estudos para a dedicação exclusiva ao curso. Do exposto até aqui é permitido elencar como aspectos carentes de maior problematização a própria concepção de projeto pedagógico e sua sintonia com a realidade social e pessoal dos estudantes, bem como os dilemas e sentidos atribuídos pelos mesmos em relação a sua formação. Sendo assim, sugere-nos que as propostas pedagógicas engendradas nos cursos ainda carecem de acolher as demandas formativas dos alunos e ainda, persistem enquanto tema de estudos e análise para os docentes e colegiados de curso de graduação, os processos pedagógicos, bem como a permanência do aluno trabalhador na universidade.

A análise do trabalho em saúde complexifica ao mesmo tempo em que explica alguns indicativos das reflexões anteriores, sobretudo vinculadas ao do exercício profissional do assistente social.

Nogueira (2006, p. 60) destaca que o processo de trabalho em saúde apresenta três aspectos fundamentais: é um exemplo de processo de trabalho em geral; é um serviço; e é um serviço que se funda numa inter-relação pessoal muito intensa. Como processo de trabalho, possui uma direcionalidade técnica de natureza coletiva porque um conjunto de categorias e indivíduos procuram agir coerentemente, compartilhando seus conhecimentos.

Tendo como referência o trabalho de Costa (2006), em que analisa a participação e a inserção dos assistentes sociais em processos de trabalho desenvolvidos no SUS, pode-se inscrever o assistente social como integrante da força de trabalho em saúde, já que o reconhecimento técnico particular dessa prática é visível quando analisado dentro daquilo que seria a concepção ampliada de saúde e, portanto, útil enquanto atividade. Por conseguinte, a compreensão do assistente social parte do domínio teórico-metodológico de seu exercício profissional na área.

Questionados sobre a formação recebida e o trabalho em saúde, é recorrente a assertiva da alteração de percepção da realidade social a partir do processo formativo em que os sujeitos apontam que o senso crítico adquirido durante a formação foi ponto fundamental para sua atuação profissional e que a teoria social crítica tem contribuído para o trabalho dos assistentes sociais. No entanto, ao examinar as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais pesquisados recorre-se ao que já foi apontado por Netto (2001) que a incorporação da teoria crítica não se traduz em indicativos práticos profissionais progressistas, não sendo capazes de romper com os ranços do conservadorismo e da prática tradicional na saúde, permanecendo as mesmas ações, discursos e intencionalidades, as vezes ausente de maior explicação em relação aos objetivos, sentidos, movimentos e percursos na realização do trabalho desenvolvido. Dessa forma, expressões genéricas como “trabalho com famílias”; “atendimento de saúde mental”, “informação sobre direitos” não permitem avançar para o desenvolvimento de uma essência do exercício profissional que seja capaz de torná-lo visível e compreensível aos outros profissionais e em certo ponto ao próprio assistente social.

Nos discursos dos sujeitos da pesquisa sobre formação e atuação na área da saúde, permanece a crítica à insuficiência de debates sobre o exercício profissional durante a graduação e que em todas as falas aparece como uma dificuldade para a atuação profissional. Contraditoriamente, o senso crítico necessário e indicado como maior mérito da formação não consegue se transpor para a realidade do trabalho em saúde deixando um vácuo que, ilusoriamente distancia o primeiro do segundo.

Nos questionários aplicados e principalmente nas entrevistas foi possível notar uma dificuldade dos profissionais em mensurar e explicar suas atividades, muitos confundiram atividades e competências com instrumentos e técnicas, ações com atividades. De tal forma, pode ser um reflexo do caráter atual predominantemente instrumental no ensino do exercício profissional e sendo assim, carente da dimensão política da profissão nas suas ações cotidianas. Todavia, o sentido político do trabalho desenvolvido isola o cotidiano vivido, da conjuntura da própria política de saúde, tão problemática e disputada no interior do Estado no contexto do neoliberalismo. A compreensão do trabalho em saúde a partir das falas dos profissionais apresenta-se alheia a disputa dos modelos universalista e privatista que permeia tal política, como pode ser examinado nos estudos de Correia (2007).

A preparação para o trabalho em saúde na graduação foi mencionada a partir de disciplinas com módulo específico sobre a referida política, porém reduzido em termos de carga horária, bem como conteúdos gerais de política social, abordados nas diferentes disciplinas da grade curricular. O processo de discussão da área torna-se dependente dos atores envolvidos no processo de montagem da grade curricular, daí, pode privar os estudantes, docentes e profissionais do serviço social de espaços e condições de ampliar as reflexões sobre a temática. Associando essa hipótese aos dados da última pesquisa feita pela ABEPSS – segundo a qual, das 102 unidades de ensino que responderam à pesquisa, em 36, ou seja, em 35% não havia oferta de nenhuma disciplina relacionada à saúde (UCHÔA, 2007, p. 192) –, é possível perceber que os processos formadores são em sua expressão formal, seja nos documentos e legislações nacionais ou nos projetos pedagógicos das unidades de ensino, dependentes de condições muito particulares, marcadas pela trajetória das próprias instituições e sua vinculação com a temática, por interseções geográficas, intelectuais e laborais (assim, tende a depender da existência de um grupo de pesquisadores ou de profissionais consolidados na área). Trata-se, portanto, de conjugar a formação generalista a um campo particular de ação, dentro de um mosaico de realidades que compõe o mapa das instituições de ensino no Brasil, considerando suas diferenças regionais e de própria natureza jurídica.

O mesmo se refere à participação em projetos de pesquisa e extensão, apontados como fundamentais para ampliação do horizonte sobre o trabalho em saúde e atuação do assistente sociais, assim como a perspectiva multiprofissional e intersetorial presentes na realidade do trabalho em equipes de saúde, auxilia e permite construção de relações horizontais entre os trabalhadores e que foi apontada pelos sujeitos como fundamental para a formação continuada.

É sabido que a primeira aproximação com a pesquisa se dá durante o processo de formação inicial (graduação), tornando-o lugar privilegiado para experimentações e ensaios investigativos em projetos de pesquisa, extensão, desenvolvimento de projetos de iniciação científica, além da elaboração do trabalho de conclusão de curso, entre outros, considerados essenciais na direção do profissional que se almeja formar e que tende a influenciar o exercício profissional. Dessa maneira, corrobora-se com Guerra (2000) que um dos desafios postos é investir na pesquisa científica qualificada e em uma política nacional de pesquisa socialmente compromissada que trate de aspectos importantes para a sociedade. Compreende-se assim que o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia e maturação intelectual, e que o conhecimento pode transformar o modo de ver e modificar assim, o modo de agir sobre essa realidade, presente no cotidiano profissional.

Considerações Finais

O Serviço Social tem um compromisso histórico com a formação e pode-se perceber os avanços a partir da própria elaboração e produto final das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social. Todavia, a dimensão territorial associada à desordenada e mercantilizada expansão do ensino superior no Brasil tem indicados desafios complexos para sua consolidação, conforme apontou a pesquisa avaliativa das diretrizes realizada pela ABEPSS em 2008.

Ampliando o debate em torno do tema a questão da formação generalista e o trabalho em saúde, novos indicativos e pistas para o contínuo processo reflexivo sobre a formação profissional podem entrar na agenda do Serviço Social. O indicativo mais expressivo é a centralidade do exercício profissional no processo formativo.

O exame do exercício profissional do assistente social congrega todos os grandes temas e conteúdos das disciplinas desenvolvidas nos cursos de graduação e é o que dá vida ao Serviço Social. Sendo assim, reitera a necessidade de contínua reflexão acerca do mesmo como um esforço coletivo da categoria e em particular dos atores envolvidos na gestão dos cursos de graduação.

A superação do “medo” de que o ensino do exercício profissional deve evitar receitas e indicativos concretos, não pode ser usada para generalizações vagas que impedem que o mesmo seja tratado “por dentro”, ou seja, pelas suas questões internas,

particulares e contraditórias em um debate franco, aberto e livre de julgamentos do trabalho alheio.

Por fim, considera-se que as informações oriundas da pesquisa na área da saúde podem ser também replicadas a qualquer política social, porque na verdade expressam antigos dilemas no âmbito da formação e do exercício profissional, já indicados na ideia do assistente social não ser nem messiano e nem fatalista (IAMAMOTO, 2007), na recusa em ser somente executor terminal das políticas sociais (NETTO, 2001) e dessa forma, revelam uma dificuldade central de uma profissão essencialmente interventiva que tem muita dificuldade em expressar ou entender o que faz.

REFERÊNCIAS:

ABESS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. *Caderno Abess: Diretrizes curriculares e pesquisa em serviço social*. São Paulo, Cortez, n. 8, 1998.

_____. *Diretrizes gerais para o curso de serviço social*. Rio de Janeiro, aprovado em 8 nov. 1996.

_____. *Pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes curriculares do curso de serviço social (2006)*. Brasília, CNPq/Opas/OMS/Ministério da Saúde, 2008.

BETTIOL, Liria Maria. *Atualizando o debate: formação profissional, trabalho em saúde e serviço social*. 2010. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____; SANTOS, Jakeline Marcia. *A Formação dos Assistentes Sociais Trabalhadores em Saúde*. Trabalho apresentado no evento Educere, 2013.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete *et al.* (Orgs.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo, 2006. p. 197-217.

_____. *Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais*. 1. Ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Cortez e UFRJ, 1996. v. 1. 286 p. 25-138

BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade*. São Paulo/Rio de Janeiro, Ed. UNESP/Paz e Terra, 1999.

CADERNOS ABESS. *Formação profissional; trajetórias e desafios*. São Paulo: Cortez, 1997.

CHAUÍ, M. de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo, Editora UNESP, 2001.

CORREIA, M. V. C. *A Saúde no contexto da crise contemporânea do capital: o Banco Mundial e as tendências da contrarreforma na política de saúde brasileira*. Brasília, *Temporalis*, v. 13, p. 11-38, 2007.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. "O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais". In: MOTA, Ana Elizabete *et al.* (Orgs). MOTA, Ana Elizabete *et al.* (Orgs). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo, Cortez, Opas/OMS/Ministério da Saúde, 2006, pp. 304-51.

GENTILLI, Raquel. Desafios da prática ao novo currículo do serviço social. In: ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes Curriculares: polêmicas e perspectivas*. Brasília, *Temporalis*. Ano I, n. 2. p. 133-152, jul./dez. 2000.

GUERRA, Yolanda. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Ensino da prática profissional no serviço social: subsídios para uma reflexão. In: ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes Curriculares: polêmicas e perspectivas*. Brasília, *Temporalis*. Ano I, n. 2, p. 153-161, jul./dez. 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital Financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Reforma do ensino superior e serviço social. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, p.35-79, jul. 2004.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira *Censo da educação superior: 2011 – resumo técnico*. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf. Acesso em 04/03/2014.

MOTA, Ana Elizabete *ET al.* (Orgs). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo, Cortez/Opas/OMS/Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Seminario-ead-juliana.pdf>. Acesso em 15/02/2014.

SANTARNECCHI, Carolina; BETTIOL LANZA, Líria Maria. *A Formação Profissional Do Assistente Social e o Trabalho em Saúde: Um Levantamento Dos Documentos Produzidos Pelas Entidades Da Categoria - ABEPSS, CFESS e CRESS*. [Relatório Final de Iniciação Científica]. UEL/PROPPG, 2013

NETTO, J.P. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.



NOGUEIRA, Roberto Passos. *O trabalho em serviços de saúde*. Disponível em: http://www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos_apoio/pub06U2T4.pdf Acesso em 12 jun. 2006.

UCHÔA, Roberta. Resultados da pesquisa “Serviço Social: interfaces com a saúde”. In: ABEPSS. *Política de Saúde e Serviço Social: impasses e desafios*. São Luís, Temporalis. Ano VII, n. 13, pp. 185-200, jan./jun. 2007.

VASCONCELOS, Ana Maria de. *A prática do serviço social – cotidiano formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo, Cortez, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. O serviço social e o movimento histórico da sociedade brasileira. In: CRESS-SP. *Legislação Brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social (organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região – gestão 2002-2005)*. São Paulo, O Conselho, 2004, p.13-29.

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO:

possibilidades e contradições

*Claudia Neves da Silva*¹⁴

Resumo:

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa quali-quantitativa realizada junto aos diretores de escolas públicas estaduais do Município de Londrina com a finalidade de conhecer as demandas de trabalho para o Serviço Social na área da educação. É importante e necessário que a educação escolar seja impulsionada por relações de respeito entre os sujeitos envolvidos na prática pedagógica, isto é, reconhecimento das diferenças sociais, culturais, étnicas, religiosas, de gênero.

Palavras-Chave: Educação; Política de Educação; Prática profissional do Serviço Social

Abstract:

The article presents results of a qualitative and quantitative survey among the directors of public schools in the city of Londrina in order to meet the work demands for social work in education. It is important and necessary that school education is driven by relations of respect between the people involved in pedagogical practice, that is, recognition of social, cultural, ethnic, religious and the gender

Keywords: Education; Education Policy; Professional Social Work Practice

¹⁴ Doutora. Universidade Estadual de Londrina (UEL) E-mail: claudianeveess@uel.br

Introdução

O presente artigo é o resultado parcial de um trabalho que vem sendo desenvolvido por dois docentes e cinco discentes no projeto de extensão *Serviço Social na área da educação*, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, cujo objetivo é implementar uma metodologia de intervenção do Serviço Social em uma escola pública municipal e em uma escola pública estadual da cidade de Londrina e possibilitar aos estudantes do curso de Serviço Social e profissionais da área conhecerem a Política de Educação, o cotidiano escolar e seus sujeitos.

Por meio de visitas às escolas e entrevistas com diretores e pedagogos de escolas estaduais e municipais, realizadas entre os anos de 2012 e 2015, está sendo possível conhecer o território onde se localiza a escola e identificar as demandas para a atuação do profissional do Serviço Social na área Educação, além de realizar estudos para compreender as especificidades da área da educação escolar, identificar as principais dificuldades encontradas por professores, pedagogos e diretores e a viabilidade e contribuição da inserção do Serviço Social em uma escola pública. A equipe do projeto de extensão está sistematizando os dados coletados e já iniciamos a elaboração de uma proposta de metodologia de intervenção.

Assim, o que pretendemos nesse artigo é apresentar os primeiros resultados de nosso estudo sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social na área da educação.

Escola: entre o ideal e o real¹⁵

A escola é um espaço social em que cotidianamente ocorrem interações, conflitos, disputas, diálogos, parcerias, relações afetivas; enfim, situações que são produzidas e reproduzidas em decorrência das condições de existência dos docentes, estudantes e seus familiares; local onde são produzidas e reproduzidas as desigualdades de gênero e raça,

¹⁵Não apresentaremos o conceito de educação, educação escolarizada e escola em virtude do limite de espaço. Sugerimos algumas leituras para que o leitor possa entender o caminho teórico que adotamos: ALMEIDA, N. L. T. de. Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais hoje. In CAMPOS, E. B. et al. *Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na educação*. Conselho Federal de Serviço Social – Grupo de Trabalho de Educação. Brasília, 2011. _____ Educação pública e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 63, p.62-74, jul. 2000. FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010. GOHN, M. G. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010. MÉSZÁROS, E. A educação para além do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. .

mas também o lugar onde é possível a construção de um novo modo de pensar e agir diante das desigualdades sociais, econômicas e culturais, já que não é uma instituição que atua de forma isolada na sociedade.

Conforme Schilling (2014, p. 71):

A educação, materializada na escola, é um dos direitos fundamentais para a realização de uma série de outros direitos humanos. Quem, senão a prática educativa nas escolas, pode realizar de maneira intensa o direito humano de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de fazer parte do progresso científico e de seus benefícios? Este é o objetivo central da escolar: possibilitar o acesso aos bens científicos e culturais produzidos pela humanidade.

Para a escola são encaminhadas crianças e adolescentes de realidades socioeconômicas variadas, mesmo que sejam vizinhos de bairro ou conjunto habitacional. Não podemos nos esquecer de que as crianças e os adolescentes frequentam por longo período de suas vidas, ou deveriam frequentar, uma instituição escolar, para onde levam suas expectativas, seus medos e esperanças, trocam experiências e têm acesso ao saber científico, mesmo que de forma incipiente e insuficiente.

É importante destacar que a educação vai além dos bancos escolares, haja vista que se desenvolve durante todo o processo de socialização dos indivíduos - na família, na igreja, no bairro, no clube, entre os amigos. Ela tem uma *função social importante na dinâmica da reprodução social [...] marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação.* (CFESS, 2012, p.16)

Quanto à educação escolarizada, ela traz a possibilidade de construir uma educação emancipadora, voltada para a troca e a transmissão de valores e conhecimentos populares - geralmente considerados como saberes supersticiosos, sem fundamentação e comprovação científica - contribuindo para formação de organizações coletivas que levem à construção da autonomia e desenvolvimento intelectual de homens e mulheres, respeitando e valorizando seus saberes e experiências.

Para a construção de uma educação que promova o desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes, uma educação formadora de indivíduos que questionam a naturalização da violência e a discriminação social, étnica, de gênero, consideramos importante que professores, pedagogos, diretores e demais funcionários conheçam a realidade social, cultural e econômica da região onde está localizada a escola, as condições

de vida de seus moradores, suas dificuldades e expectativas, o que possibilitaria ter uma maior aproximação com a realidade das crianças, adolescentes e jovens.

Ao conhecer a realidade dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, é possível uma melhor compreensão das ações e comportamentos dos educandos no interior da unidade escolar, como violência, *bullying*, uso de drogas lícitas e ilícitas, gravidez na adolescência, evasão; construindo e consolidando dia a dia uma educação com uma perspectiva humanista e não apenas voltada para os interesses e necessidades do desenvolvimento econômico.

Serviço Social na área da educação

Como podemos apreender do exposto, a escola vivencia cotidianamente situações provocadas pelos diferentes modos de vida de estudantes, professores e familiares. E é dentro deste contexto que pensamos a atuação do serviço social na área da educação, tendo em vista que como profissionais que atuam na implementação e/ou gerenciamento de políticas públicas seria viável que o âmbito educacional também contasse com a intervenção do profissional do serviço social. Mas, qual o lugar do Serviço Social em uma instituição escolar?

O Código de Ética do/da Assistente Social em seus princípios fundamentais destaca:

- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;

Portanto, devemos defender, no caso da Política de Educação, os direitos do educando, sua família e docentes, tendo em vista que para garantir um projeto educativo emancipatório é necessário que a educação escolar seja impulsionada por relações de respeito entre os sujeitos envolvidos na prática pedagógica, isto é, reconhecimento das diferenças sociais, culturais, étnicas, religiosas, de gênero.

As condições e relações que circunscrevem o trabalho do assistente social na área da educação precisa ser analisada de forma crítica e conectada com as expressões da questão social que se fazem presentes e latentes na escola. Se acreditarmos que a Educação também é fruto das relações sociais que se estabelecem em uma dada sociedade e que o ato educativo também é político, os diferentes atores que participam da esfera educativa, dentre eles os/as assistentes sociais, são necessários/as para que essa

dimensão seja retomada e fortalecida. É nessa perspectiva que compreendemos a intervenção do Serviço Social na Política Educacional.

Em seu agir profissional, o assistente social depara-se com problemas que envolvem atitudes, valores e comportamentos daqueles com os quais trabalha em seu dia a dia, exigindo-lhe que tome decisões que levem em conta a situação social, cultural e econômica em que está inserido o estudante, seus familiares e os docentes, assim como tem que lidar com os seus próprios valores, hábitos e atitudes.

Assim sendo, o Serviço Social poderá atuar no campo educacional executando programas e projetos que subsidiem as políticas setoriais – saúde, habitação, assistência social – voltadas para as necessidades de estudantes, famílias e comunidade; além de desenvolver as atividades de interação grupal entre professores e alunos, comunidade escolar e família, contribuindo para uma prática educativa que considere as perspectivas de todos os sujeitos envolvidos.

É importante realizar um trabalho que considere o que se passa do lado de fora dos muros escolares, porque interfere com o que se passa intramuros. O trabalho do profissional do Serviço Social deve ser em parceria com a equipe profissional da escola – professores, pedagogos, diretores - contribuindo com seus saberes, experiências e discussões para que, de forma coletiva, o direito à educação seja efetivado e que sejam enfrentados os obstáculos que por ventura criem impedimentos ao acesso, garantia e qualidade de uma educação emancipadora. Afinal, o/a Assistente Social não será o *solucionador* dos problemas escolares, com respostas prontas e imediatas.

O desvelamento dessa realidade será possível por meio de contatos constantes com a comunidade em torno da escola: comércio, igrejas, unidade básica de saúde, centro de referência da assistência social, ou seja, espaços frequentados pelos estudantes e seus familiares regularmente. Festas, reuniões, visitas são ações que podem ser promovidas com tal objetivo. Acreditamos que por meio destas práticas será possível a efetivação de uma educação emancipadora e base para o acesso às demais políticas sociais.

Cabe destacar que muitos diretores e professores promovem uma parceria escola-comunidade, alguns com sucesso e outros nem tanto:

[...] eles pouco ajudam ou participam, eles só cobram e cobram, a comunidade dentro da escola é a longo prazo, a gente tenta, chama, mas não vêm, agora está tendo o processo de eleição para diretor, pois estou me aposentando e os pais não vem votar. (D. 1)

A escola trabalha junto com a comunidade com parcerias com a igreja, associação de moradores, agindo em conjunto. (D. 4)

O trabalho do Serviço Social na área da Educação deve voltar-se para identificar e atender as demandas provenientes da questão social que perpassa o cotidiano do campo educacional, atingindo vários âmbitos, como a família e a comunidade. A escola se depara com problemas de diferentes ordens que estão presentes no cotidiano dos alunos, as quais influenciam no processo ensino-aprendizagem, como violência doméstica, baixa autoestima, o que pode levar ao desinteresse pela escola, desestímulo dos docentes, em decorrência das precárias condições de trabalho, a falta de professores, que dificulta o acompanhamento junto ao educando.

O profissional trabalhará com estas demandas, facilitando e/ou viabilizando o acesso a outros serviços, realizando encaminhamentos e desenvolvendo projetos que envolvam estudantes e famílias, com vistas a encontrar alternativas e caminhos para enfrentar, ou ao menos atenuar, as situações vivenciadas. Reuniões com profissionais da rede, formada pela unidade básica de saúde (UBS), pelo centro de referência de assistência social (CRAS), pelo Conselho tutelar, centro de educação infantil, associação de moradores e outras instituições para articular ações, ampliar e defender os direitos sociais dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Constatamos, a partir das entrevistas realizadas, que uma das principais preocupações dos diretores é a ausência da família na vida escolar de seus filhos. Observamos que a família e a comunidade apresentam significativa expectativa de que a escola garantirá o processo de socialização de crianças e adolescentes por meio da educação escolarizada, extrapolando suas atribuições previstas pela política de educação. Correndo o risco de provocar polêmica, acredito que não cabe à escola orientar a criança no que diz respeito às suas particularidades de convivência que antecedem o espaço escolar.

Acreditamos que essa expectativa decorre das incertezas e provisoriedade da contemporaneidade que atingem as instituições indistintamente. De acordo com Bauman (2001, p. 74):

Nesse mundo poucas coisas são predeterminadas, e menos ainda irrevogáveis. Poucas derrotas são definitivas, pouquíssimos contratempos, irreversíveis; mas nenhuma vitória é tampouco final. Para que as possibilidades continuem infinitas, nenhuma deve ser capaz de petrificar-se em realidade para sempre.

O provisório torna-se o constante, e nessa *provisoriidade*, as normas, as regras, os sentimentos, os princípios e valores devem adequar-se, moldar-se às necessidades de homens, mulheres, jovens, crianças e adolescentes. Não há mais situações ou instituições

duradouras: casamento, namoro, amizade ajustam-se de acordo com as necessidades e desejos do presente. E na *liquidez da modernidade*, a família reconfigura-se, assumindo novos arranjos e lugares em uma sociedade em transformação, porque seus integrantes também estão em busca de suas necessidades e interesses, não conseguindo atender aos anseios de todos os envolvidos.

Neste contexto de mudanças e diversidade de padrões familiares, a escola é entendida pela comunidade e familiares como aquela que apresentará a direção e o caminho a ser seguido pelos mais jovens. No entanto, professores, diretores, pedagogos e assistentes sociais também estão imersos nesta sociedade em transformação.

A relação família e escola é perpassada pela ideia de que há desinteresse dos responsáveis para acompanharem a vida escolar de seus filhos. Indagamos aos diretores de escolas municipais como é a relação da escola com a família:

Tranquila, mas são poucos que participam e ajudam o conselho escolar, por exemplo, não é presente, e é um bairro de classe média, temos alunos filhos de professores, dentistas, psicólogos, são estudados, instruídos, deveriam participar. (D.1)

Muitas vezes o aluno está com dificuldades, então a escola manda anotações para que os pais compareçam, mas os mesmos não comparecem. (D.3)

Os diretores citaram pais que não acompanham o desenvolvimento de seu filho na escola, como a ausência na entrega de boletim ou em reuniões com os professores. No entanto, em alguns casos a direção entende a dificuldade de certos pais não comparecerem à escola, em virtude de os horários das reuniões coincidirem com o horário de trabalho dos mesmos. Informaram também que muitas vezes os pais depositam as responsabilidades da educação dos filhos somente na escola, não aceitando, entretanto, reclamações quanto ao comportamento ou desempenho de seus filhos na escola.

O trabalho que o/a assistente social na escola não se limitará às famílias, os estudantes também serão envolvidos em atividades promovidas pelo Serviço Social. Para tanto, é fundamental conhecer quem são os discentes, suas expectativas, sua realidade sociocultural e econômica.

Não obstante alguns diretores não conhecerem a prática profissional do Assistente Social, a equipe pedagógica, de modo geral, tem algum conhecimento acerca do trabalho deste; não falaram espontaneamente sobre a necessidade de assistente social na escola, mas apontaram as demandas para o profissional do Serviço Social:

Diminuir a faltas, fazer visitas nas casas para ver as necessidades das famílias, agressões familiares, contraturno, melhor assistir as famílias muito pobres, a presença do Assistente Social iria contribuir muito (D.2)

Estar acompanhando essas famílias e atendimento com auxílios para materiais, por exemplo. E não só a Assistente Social mais psicóloga, fonoaudióloga, que sentimos falta, ou uma equipe de profissionais que estivesse disponível atendendo a região. (D.1)

E é a partir das falas dos diretores e do parecer Jurídico 23/00, de 22 de outubro de 2000, incluso na publicação do CFESS (2001, p.13) - dispõe sobre as atividades técnicas profissionais que o Assistente Social deve desenvolver no espaço escolar – que estamos elaborando as possíveis atribuições do profissional do Serviço Social em instituições escolares.

A partir das dificuldades e problemas apontados pelos diretores e pedagogos, elencamos as seguintes atividades do/da assistente social na área da educação:

- Levantamento da realidade social, econômica e cultural do território onde está a escola;
- Articulação com a rede de serviços do território;
- Visitas aos estudantes que não estão comparecendo às aulas;
- Reuniões com familiares dos educandos;
- Reuniões com a equipe pedagógica da escola;

Entendemos que a intervenção do Serviço social deve pautar-se pela busca por garantir os direitos dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem; afinal, a educação escolarizada deve voltar-se para uma formação que visa ampliar o conhecimento do estudante acerca da realidade que o cerca - a história de sua comunidade, de sua cidade, do país, os avanços científicos e tecnológicos, os saberes sociológicos e filosóficos - tornando-o crítico e capacitado para intervir e lutar por mudanças ou ao menos promover melhorias nas condições materiais de existência da comunidade no qual está inserido.

Uma educação que garanta e fortaleça a capacidade do indivíduo de expor seus pensamentos, sua compreensão de sociedade, de cultura, de política; práticas educativas que questionam a banalização e naturalização da violência e a discriminação social, étnica, de gênero.

Com as entrevistas e dos estudos realizados até o momento no projeto de extensão acerca do debate sobre a inserção do Serviço Social na área da educação, podemos

considerar que, no que diz respeito à atuação desse profissional, cabe a ele/ela facilitar a articulação das políticas públicas na busca da garantia de acesso às políticas de saúde, assistência social, fazendo uso de seu aparato teórico e metodológico.

Para viabilizar uma prática profissional nestes moldes, acreditamos ser importante uma perspectiva crítica e humanista, preocupada com questionar uma educação voltada apenas para os interesses do mercado; mas também uma educação preocupada com a formação integral da criança e do adolescente, que possibilite o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades necessárias para a vida em uma democracia plena e de fato.

Considerações finais

A partir dos estudos realizados até o presente momento, nos parece importante e necessário a presença de um profissional do Serviço Social área na área da educação, atuando em uma equipe interdisciplinar, participando na elaboração de projetos que envolva a comunidade escolar e a rede do território onde se encontra a escola.

Um profissional mais próximo da realidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo, e que com o seu conhecimento e instrumental técnico contribua para encontrar alternativas para superar os limites impostos por interesses dos grupos dominantes, os quais impõem uma educação escolar voltada para a racionalidade técnica, e tornar a educação uma prática social inovadora, com relações baseadas no respeito à pluralidade e às diversidades.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. (2001) *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Constituição*. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1996.

CFESS. Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. *Serviço Social na Educação*. Brasília, 2001.

CEFSS. *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*. Brasília, 2012. (Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais)



FIGUEIREDO, Charles Barros: *O trabalho do assistente social na educação: Demonstração do plano de ação na escola*, Rio de Janeiro, s/a.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL GT DE EDUCAÇÃO - CFESS, *Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação*, Brasília, 2011.

FREITAS, Rita de Cassia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívia Valença; *Família e Serviço Social – Algumas Reflexões para o Debate*. ed. Lumen juris, 2010.

MIOTO, Regina C.T. Família e assistência social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. *Família & famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2010. p. 3-14

SCHILLING, Flávia. *A sociedade da insegurança e a violência na escola*. São Paulo: Summus editorial, 2014.

GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: um estudo a partir de demandas profissionais.

*Eliane Christine Santos de Campos*¹⁶

Resumo: O presente estudo tem como objeto a gestão e suas expressões no cotidiano dos processos de trabalho dos assistentes sociais que trabalham nos diferentes municípios brasileiros, objetivando analisar como as demandas profissionais emergentes, particularmente no âmbito da atuação em órgãos públicos com a gestão de políticas sociais, configuram o exercício profissional do assistente social na atualidade. A metodologia baseou-se na abordagem qualitativa e na pesquisa documental. Verificou-se que majoritariamente as demandas são provenientes das políticas de assistência social e saúde e que se concentram atividades relacionadas à gestão do trabalho, gestão financeira e gestão de informações. Palavras chaves: Gestão. Serviço Social. Demandas profissionais.

Abstract: This paper studied the management and their expressions in everyday social workers work processes working in different municipalities, in order to analyze how the demands emerging professionals, particularly in the context of performance in public agencies with policy management social, configure the professional practice of social workers today. The methodology was based on qualitative approach and documentary research. It was found that the demands are mainly from the social welfare and health policies and focus activities related to the work management, financial management and information management.

Key words: Management. Social Work. Professional demands.

¹⁶ Doutora. Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: elianecampos@uel.br

1. Introdução

As reformas propostas pelo Estado brasileiro, a partir de 1990, trouxeram para o cenário das políticas sociais um conjunto de demandas gerenciais, assistenciais e intersetoriais que desafiam a administração pública, uma vez que estas políticas são operacionalizadas por meio de sistemas públicos complexos, regionalizados e hierarquizados sob as diretrizes da descentralização, que envolvem atendimento integral e participação da sociedade.

A descentralização político-administrativa prescrita na Constituição Federal de 1988 (CF/88) exige uma atuação articulada do governo central com os governos estaduais e municipais. Com isso, uma nova organização administrativa e técnica foi exigida dos órgãos públicos desses três níveis. Considerando, segundo Costa, Cunha e Araújo (2010), que o maior impacto desse novo arranjo foi sofrido pelos municípios, estes, obrigatoriamente, tiveram de se adequar muito rapidamente para desempenhar a função de execução direta que lhe coube, segundo as novas determinações legais referentes à gestão das políticas sociais.

Para dar conta desse modelo federado e cooperativo¹⁷, a CF/88 instituiu um ordenamento jurídico complexo de divisão de competências e atribuições, dentro de limites expressos, reconhecendo a autonomia, na qual coexistem competências privativas e concorrentes entre os entes federados.

A descentralização das políticas sociais em nível local configurou-se com mais intensidade na municipalização da provisão dos serviços universais de saúde e educação, assistência social, entre outros. Entretanto, essas políticas foram concebidas como um sistema complexo de relações intergovernamentais baseado em recompensas e sanções. Geralmente, nesse processo, os entes federados dotam-se de características autoritárias, baseadas na tradicional hierarquia dos níveis de governo.

Diante desse contexto, desafios são colocados cotidianamente para os trabalhadores sociais envolvidos direta e indiretamente com as políticas sociais, no cumprimento das determinações contidas na Carta Magna. A implantação dos processos de descentralização veio acompanhada de uma extensa pauta de recomendações técnicas e burocráticas que exigem soluções qualificadas.

*Assistente Social, docente do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, doutoranda do programa pós graduados em Serviço Social da PUC-SP. E mail: elianecampos@uel.br

¹⁷ "A Constituição Federal de 1988 reconhece o Brasil como uma República Federativa formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal. Ao se estruturar assim, o faz sob o princípio da cooperação, de acordo com os artigos 1º, 18º, 23º e 60º" (COSTA; CUNHA; ARAÚJO, 2010, p. 3).

O Serviço Social não ficou, assim, imune a esse processo. Com a descentralização em curso, os assistentes sociais passaram a ser requisitados para trabalhar na formulação, gestão, implementação, execução e avaliação de políticas sociais, e não mais apenas na execução terminal de tais políticas, como afirmou Netto (2011). O exercício profissional ampliou seu espaço de atuação nas esferas governamentais, e esta ampliação, nas palavras de Iamamoto (2005), Cardoso et al. (1997), e Guerra (2001), produz impactos significativos nas demandas colocadas aos profissionais, nos espaços ocupacionais, redefinindo os objetos de intervenção e atribuindo novas funções à profissão. Conseqüentemente, surgem critérios diferentes para a aquisição de novas formas de legitimidade.

Dessa maneira, a gestão das políticas sociais, parte do cotidiano de trabalho do assistente social, incorpora novas formas e novas possibilidades. Para tanto, a apropriação de conhecimentos e saberes envolvidos com a gestão é essencial.

Segundo Paiva (2000) o campo da gestão ganha na contemporaneidade uma nova especificidade ao ser conectado aos processos sociais de enfrentamento da questão social. Adquire, por isso, uma abrangência e características singulares, que tanto visa atender às requisições da sociedade, em termos de ampliação do acesso a direitos sociais, como vem responder às propostas do Estado, em termos de identificação da problemática governamental.

Para Iamamoto (2009), orientar o trabalho profissional nesta direção requer um perfil de profissional crítico, propositivo, capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Há, ainda, a exigência com o compromisso ético-político, bem como com a teoria social crítica na sua lógica de explicação da vida social.

Refletir, portanto, sobre essas requisições profissionais, considerando as atribuições e competências aí envolvidas, faz-se necessário, a fim de se poder pensar em estratégias socioprofissionais que possam enfrentar, coletivamente, de forma competente e comprometida com o projeto ético-político profissional, as demandas emergentes.

Dessa forma, estudar com mais profundidade as demandas emergentes, tendo como foco a gestão e suas expressões, contribuirá para qualificar a análise e o debate.

Partindo destes pressupostos, o problema que orientou a presente investigação se expressa na seguinte questão: diante das alterações ocorridas com a profissão e com os espaços sócio-ocupacionais, particularmente em decorrência das mudanças vinculadas ao Estado brasileiro, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do complexo

gerenciamento expresso nas demandas profissionais apresentadas nos casos em que o assistente social é requisitado a trabalhar com a gestão de políticas sociais nos diferentes municípios brasileiros, quais são as exigências apresentadas ao trabalho do assistente social?

Para responder tal questão, a partir da abordagem qualitativa, seguiu-se com o levantamento bibliográfico e da escolha do instrumento para a coleta de dados. Considerando a amplitude da pesquisa, defini que o mais apropriado seria a análise documental, pois assim seria possível, diante dos limites impostos pelo tempo, recursos e condições geográficas, obter informações de um número maior de municípios brasileiros. Assim sendo utilizei como fonte de coleta os editais¹⁸ de concurso público, disponibilizados via internet.

O acesso aos dados referente às demandas profissionais emergentes apresentadas aos assistentes sociais partiu do mapeamento realizado nos editais disponibilizados na internet. Para tanto, foi realizado durante o ano de 2012 e início de 2013 um levantamento de todos os *sites* existentes na internet que deram publicidade aos editais de concursos públicos e processos seletivos que ocorreram durante os anos de 2009 a 2013¹⁹. Foram encontrados 417 (quatrocentos e dezessete) editais.

Dentre as áreas mencionadas, considerando os percentuais encontrados e por sua importância histórica na profissionalização do Serviço Social, serão as áreas priorizadas neste estudo: assistência social e saúde e as respectivas políticas — a Política Nacional de Saúde (1990) que, através do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Política Nacional de Assistência Social (2004), seguida da constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a qual configurou particularidades para o exercício profissional, principalmente com a instalação dos Centros de Referência de Assistência (CRAS) e Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS).

Pela diversidade significativa entre os estados e municípios brasileiros, determinante na pesquisa, enfrentou-se o desafio e ficou decidido que seria importante analisar todos os editais encontrados.

Para tanto, a partir da amostra, para melhor compreensão e análise dos dados, definiu-se como método a análise de conteúdo na modalidade análise temática.

¹⁸ Segundo Borges (2009), o edital é uma peça escrita que tem por finalidade a divulgação de informações acerca de determinado fato jurídico, segundo o conceito dominante na doutrina. Em editais de concursos públicos, devem ser previstas as regras relativas à competição, observados, sempre, os ditames constitucionais.

¹⁹ O período definido contempla (1) um mandato do gestor municipal.

2. DESENVOLVIMENTO:

2.1 A GESTÃO NAS DEMANDAS PROFISSIONAIS EMERGENTES: uma reflexão a partir das políticas de assistência social e saúde

Como já mencionado, a Constituição Federal de 1988 impôs novos desafios às instituições democráticas, especialmente os de efetivação dos direitos fundamentais e dos direitos sociais, de descentralização federativa, e de atuação articulada entre os três Poderes do Estado brasileiro: Executivo, Legislativo e Judiciário. São desafios que, para ser superados, exigem ampla concertação entre agentes públicos e sociedade.

O processo de descentralização e regionalização transferiu aos municípios deveres e responsabilidades que antes correspondiam ao Governo Federal e, principalmente, aos governos estaduais. Ampliaram-se a autonomia e o poder de decisão municipal para a definição de ações estratégicas ao enfrentamento dos problemas e necessidades locais. Entretanto, diante da complexidade desta conjuntura, aos municípios é exigida uma gestão mais qualificada.

Com aumento de responsabilidades dos municípios, iniciou-se também o fortalecimento financeiro e político. Esse processo esteve estreitamente ligado ao objetivo mais amplo de reforma do Estado e de redemocratização do país, baseado no argumento de que a descentralização da gestão pública seria o caminho mais adequado para aumentar a eficiência no uso dos recursos, a eficácia das políticas públicas, a transparência das decisões e a geração de condições propícias à responsabilização dos governantes perante seus cidadãos.

Contudo, o processo de descentralização trazido pela Constituição de 1988 ocorreu de forma desordenada e, muitas vezes, impositiva. Este desequilíbrio foi agravado pelo concomitante aumento das responsabilidades do Estado, devido à universalização dos direitos da cidadania e à instituição da Seguridade Social. Na ausência de definições claras sobre como reparti-las, coube ao governo federal o financiamento dessas novas responsabilidades na forma de contribuições sociais.

Assim sendo, pode-se afirmar que as reformas administrativas do Estado brasileiro, particularmente as implementadas pelos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, que têm na descentralização um dos eixos estruturantes, impactou significativamente as práticas institucionais de gestão nos três níveis de governo, particularmente nos 5.565 municípios brasileiros.

Estes impactos, além de alterações político-administrativas, perpassam por questões relacionadas às habilidades técnicas dos profissionais envolvidos com a gestão de políticas sociais públicas. Por envolverem, na maioria das vezes, questões de financiamento público, nem sempre suficientes, dentre as habilidades exigidas, os profissionais têm de se apropriar de um vasto conhecimento e domínio dos principais elementos da gestão: planejamento, assessoramento, monitoramento e avaliação de políticas, programas, projetos sociais e serviços.

Todavia, Barbosa (2004, p. 53) ressalta que estas novas práticas de gestão, se não forem acompanhadas de um debate político, correm o risco de retrocederem e retomarem as velhas formas de tecnificação das políticas sociais iniciadas no processo de modernização conservadora do final dos anos 1960, ampliando a zona de consenso em torno de sua legitimidade — da gestão — via despolitização das práticas sociais. Neste contexto, os direitos sociais, segundo a autora, “passam a ser abordados tecnicamente, dependendo mais da adequada aferição da realidade, mediante delimitação dos focos essenciais de atenção pública, do que de projeto político de enfrentamento das desigualdades sociais e da exploração capitalista”.

Assim, são complexos os desafios diante dessa forma de gerir o Estado brasileiro. A gestão, desse modo, ao contrário do que está sendo preconizada, deve transformar-se em um instrumento com potência para desencadear no conjunto dos trabalhadores, em especial no assistente social, um processo de reflexão e revisão de suas práticas que encaminhe para a superação do cumprimento de tarefas fragmentadas, burocratizadas, centradas no desenvolvimento de procedimentos isolados.

A esses desafios, outros irão se juntar. Como parte constitutiva desse processo e sofrendo todas as alterações históricas vivenciadas, coube ao assistente social, particularmente nas últimas décadas, se (re)qualificar para responder às exigências no desempenho de novas (e velhas) atribuições e competências relacionadas à gestão das políticas sociais públicas.

Para dar visibilidade aos desafios presentes nesse “processamento do trabalho”, nos dizeres de Iamamoto (2009), abrindo a possibilidade de compreendê-lo buscaram-se, como meio privilegiado de investigação, os editais de concursos públicos para contratação de assistentes sociais, realizados em diferentes municípios do país. Tratou-se de visualizar a centralidade da gestão no exercício profissional do assistente social, a partir da especificação das demandas hoje colocadas aos profissionais, quando se trata de sua contratação para trabalhar com a gestão de políticas sociais operacionalizadas nesses

locais. Ou seja, a fim de verificar como a gestão se expressa no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais.

Dos 417 editais encontrados, disponibilizados na internet, as áreas que mais requisitaram assistentes sociais estão assim distribuídas: assistência social (34%), saúde (7%), assistência social e saúde (8%), áreas diversas²⁰ (14%). Além dessa distribuição, em 16% dos editais constam descrições de atividades e atribuições genéricas, sem mencionar uma área específica de trabalho, ou mencionam a Lei de Regulamentação da Profissão Lei nº 8662/93, especialmente os artigos referentes às competências e atribuições. Por fim, 21% dos editais não continham nenhuma especificação quanto à área e às atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais.

Em relação ao perfil dos municípios, 12,23 % dos municípios possuem até 5.000 habitantes; 17,27 %: de 5.001 a 10.000; 25,66%: de 10.001 a 20.000; 24,70%: de 20.001 a 50.000; 9,83%: de 50.001 a 100.001; 7,91%: de 100.001 a 500.000; e acima de 500.000: 2,40%

Este perfil, além de comprovar os dados apresentados nos últimos censos (IBGE 2000 e 2010), de que o país é composto, na sua maioria, por municípios de pequeno porte, demonstra que são estes municípios que mais estão requisitando assistentes sociais. Este dado pode ser um determinante nas ações profissionais, cuja forma estará refletida nos achados da pesquisa dos editais.

Como visto, a forma de divisão dos recursos financeiros arrecadados pelo governo federal tem a população (número de habitantes) como fator fundante. Assim, há uma dependência, da maioria dos municípios, das transferências de recursos federais, o que pode ser determinante na condução da gestão. Aliado a fatores como a disputa por recursos fiscais e as dificuldades de manter a arrecadação tributária como consequência da recessão, da inflação e da sonegação, os governos municipais têm sérias dificuldades na operacionalização das políticas sociais. Como não conseguem responder às demandas dos seus munícipes, passam a negligenciá-las, transferindo, muitas vezes, responsabilidades para municípios maiores. Neste contexto, o assistente social pode contribuir para a permanência ou alteração da forma de gerir tais políticas.

²⁰Em alguns editais, constam a necessidade de contratação de assistente sociais para trabalharem em diversas áreas, tais como: assistência social, saúde, educação, habitação, sociojurídico, seguridade social, meio ambiente, cultura, agricultura e pesca, desenvolvimento urbano, organizacional, recurso humanos, criança e adolescente, serviço social do luto, previdência social, infância e juventude, apenados, adoção, medida socioeducativa, reabilitação.

Dentre as áreas mencionadas, duas (considerando os percentuais demonstrados) merecem destaque, pois são determinantes nas demandas, e assim, serão as áreas priorizadas neste estudo: A Política Nacional de Saúde (1990), a qual, por meio do SUS, vai consolidar as ações previstas na política e, que, por seu pioneirismo e amplitude de atendimento, serviu de referência para as demais políticas quando se pensa em um sistema público de atendimento descentralizado, integral e equânime; e a Política Nacional de Assistência Social (2004), seguida da constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que configurou particularidades para o exercício profissional, principalmente com a instalação dos Centros de Referência de Assistência (CRAS) e Centros de Referências Especializadas de Assistência Social (CREAS).

Desse modo, segundo Almeida e Alencar (2011), cada política, além de possuir dinâmicas próprias, produz interfaces em relação aos processos de trabalho institucionais, envolvendo diferentes profissionais, dentre eles o assistente social, nas tramas cotidianas das cidades onde as políticas públicas, enquanto formas de enfrentamento da questão social, materializam-se como espaços de trabalho e de disputas políticas, de desenvolvimento e de tecnologias de intervenção social e de sociabilidade.

Estas considerações são pertinentes para que se possa analisar e nos aproximar da construção de propostas de intervenções quanto ao trabalho de gestão nos CRAS, CREAS e demais projetos e programas de responsabilidades do SUAS, bem como nos programas operacionalizados pelo SUS, como a Estratégia Saúde da Família, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs), os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPSs), entre outros. Esse conjunto de questões encontra-se articulado à reflexão acerca do trabalho relacionado à gestão enquanto parte constitutiva do trabalho do assistente social, dentro de uma perspectiva de constituição das práticas sociais, de forma a possibilitar a consolidação de um corpo de conhecimento necessário ao desenvolvimento de práticas gestoras (dentre outras necessárias), na direção de uma integração de saberes e ações.

Assim, tem-se, para o desenvolvimento desta investigação, o pressuposto de que o exercício da gestão pode se constituir enquanto uma potente ferramenta de ação para a (re)construção de processos de trabalho na direção da defesa dos direitos dos usuários que buscam os serviços do SUAS e SUS.

Portanto, a gestão, neste estudo, está sendo considerada em sua dimensão estratégica para a transformação dos processos de trabalho no nível local, e nesse sentido, seu papel é fundamental na articulação das relações entre os trabalhadores, nas dimensões

do trabalho (ético-político, teórico-metodológico, técnico-operativo) e no contexto onde se insere.

A gestão, nesta dimensão, passa a ser não apenas a instância responsável por planejamento, organização, coordenação e controle, mas, também, pela mobilização e pelo comprometimento dos assistentes sociais na organização e produção de serviços que atendam de fato às necessidades apresentadas pelos usuários do SUAS e SUS.

Nessa direção, não podemos esquecer que a gestão implica no exercício de poder dentro destes serviços. E, assim sendo, em seu exercício cotidiano, cabe à gestão, ou às instâncias de gerenciamento, a possibilidade de tomada de decisão, de exercício de poder nas dimensões: técnica, administrativa e política (TESTA, 1992, 1995).

Cabe destacar que, independente da caracterização que o poder possa assumir dentro dos serviços de saúde e assistência social, este se volta aos propósitos decisórios, assumindo possibilidade de promover mudanças e/ ou legitimar situações dadas, e a gestão, enquanto instância de poder, pode se compor como uma ferramenta fundamental para impor direcionalidade ao processo de trabalho nos serviços públicos.

CONCLUSÕES

Analisar como as demandas profissionais emergentes, particularmente no âmbito da atuação em órgãos públicos municipais com a gestão de políticas sociais, configuram o exercício profissional do Assistente Social foi o objetivo da pesquisa realizada.

Para tanto, parto de uma concepção sócio-histórica de profissão, na qual o Serviço Social é entendido como uma especialização do trabalho coletivo, e sua prática, como a concretização de um processo de trabalho que tem como objetivo o enfrentamento das inúmeras expressões da questão social. Esta interpretação dá à profissão um caráter dinâmico, permitindo pensar o Serviço Social como uma profissão histórica, construída socialmente, que se transforma ao se transformarem as condições em que se dá sua incorporação histórica.

Dessa forma, os modos de ser e de afirmar das ações profissionais têm uma temporalidade histórica, uma vez que sofrem profundas influências das conjunturas sociais, econômicas, políticas, teórico-científicas, que vivenciam e forjam as visões de mundo que as informam e as relações objetivas em que materializam. São, portanto, produto das relações concretas da sociedade em que se situam. O seu presente está cotidianamente sendo

criado e recriado com a construção e incorporação seletiva de saberes, a mobilização e recriação do passado, e a produção e experimentação de novas abordagens.

Nesse processo, a configuração da profissão não é simplesmente produto da vontade de grupos determinados. Existem, nos tipos de relações sociais que se estabelecem no capitalismo monopolista, necessidades e expectativas de práticas determinadas, legitimadas pela sociedade.

A partir desta compreensão do Serviço Social, a análise das demandas profissionais vinculadas à gestão das políticas sociais sofre profundas influências da forma como o Estado brasileiro se organiza para responder às necessidades postas pela sociedade.

Na contramão do processo vigente, há mais de duas décadas, a sociedade brasileira vem buscando consolidar as conquistas sociopolíticas obtidas com a Constituição de 1988. Parte destas conquistas está relacionada com o redesenho do sistema federativo, que alterou significativamente a capacidades decisórias das instâncias subnacionais. O processo de descentralização político-administrativo redefiniu as competências e atribuições dos entes federados.

Esta organização político-administrativa, envolvendo diferentes formas de gestão, tem permeado todas as políticas públicas e em especial as políticas sociais. Com a descentralização, o poder de decidir sobre a gestão das ações tem se aproximado dos usuários. Contudo, este novo formato não tem garantido sua efetividade, demonstrando que este processo ainda está inconcluso, carecendo de um processo convergente de intersetorialidade entre as várias áreas das políticas sociais.

Com as tensões acima descritas, envolvendo a organização político-administrativa do país, tornaram-se evidentes as inspirações neoliberais da política social brasileira, face às necessidades sociais da população. Uma retomada analítica dessas políticas sociais revela sua direção compensatória e seletiva, centrada em situações-limite em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado. Entretanto, é bom ressaltar que se escapa às políticas sociais, às suas capacidades, aos desenhos e objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdades, como os encontrados no Brasil. Essas políticas também respondem a necessidades e direitos concretos de seus usuários (IAMAMOTO, 2009).

Efetivamente, no país, apesar dos considerados avanços na instituição de um sistema de proteção social, garantidos na Constituição Federal de 1988 e expressos, por exemplo, na LOAS, na LOS, LDB, dentre outras, esses últimos anos não romperam com as

características neoliberais que se expandiram desde os anos 1990, face às necessidades sociais da população.

Trata-se de um contexto que interpela o Serviço Social sob vários aspectos: nas novas manifestações e expressões da questão social, nos processos de redefinição dos sistemas de proteção social e da política social em geral, e na condução e no direcionamento do exercício profissional

Assim sendo, as demandas profissionais serão profundamente impactadas com a implementação, pelo Estado, de políticas sociais nas diferentes áreas de sua responsabilidade, merecendo destaque as políticas de Saúde e Assistência Social. Estas propuseram uma nova arquitetura institucional e política com a criação dos Sistema Únicos descentralizados, universais, equânimes, constituídos por um conjunto de serviços, programas, projetos, benefícios e serviços. Trata-se de um modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir ações.

Desde então, houve uma ampliação substancial no mercado de trabalho com a contratação de assistente sociais para implementação do SUAS, e demais programas sob sua responsabilidade, e operacionalização de programas no SUS. Esta ampliação vem tencionando a formação e o exercício profissional a partir dos inúmeros desafios dentre os quais se destacam: a reafirmação da Assistência Social como política da Seguridade Social, a consolidação e a democratização dos Conselhos e dos mecanismos de participação e controle social; a organização e o apoio à representação dos usuários; a participação nos debates sobre os programas (SUS, CRAS, CREAS, NASF, CAPS); a elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade dos municípios; o monitoramento e a avaliação da política; e o estabelecimento de indicadores e padrões de qualidade e de custeio dos serviços, contribuindo, desse modo, para a construção de uma cultura democrática, do direito e da cidadania.

Há uma gama de atividades inseridas nesses processos, que, como visto, envolvem três aspectos essenciais para a compreensão dos processos de trabalho do assistente social: gestão do trabalho, gestão financeira e gestão da informação. Estes três aspectos, que se apresentam no cotidiano de trabalho inter-relacionados, configurados em demandas profissionais, vão exigir um perfil profissional já descrito por Lamamoto: culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais.

Todavia, as formas como as demandas profissionais relacionadas à gestão de políticas sociais se apresentam para o assistente social são marcadas por um cenário nem

sempre animador, no qual coexistem formas arcaicas e modernas de trabalho, ambientes em que convivem relações competitivas entre diferentes áreas, relações de poder, diferentes formas de vínculos de trabalhos (terceirizados, subcontratados e empregados “formais”), força de trabalho superespecializada que lida com processos informacionais dos mais sofisticados e, ao mesmo tempo, trabalhadores que só necessitam de conhecimentos básicos e estão expostos a condições precárias de trabalho. Esta heterogeneidade está presente nos vários espaços ocupacionais localizados em diferentes municípios brasileiros.

Podemos dizer, então, que há, nas demandas, a coexistência do “antigo” e do “inovador”, em um movimento que vai do “conservadorismo” à “renovação”. Assim, o processo interventivo se efetiva em uma sociedade e em um espaço institucional, permeado por discursos e práticas contraditórios, os quais refletem interesses contrapostos que convivem em tensão, marcados pela necessidade imperativa de formar consensos e pactos hegemônicos, de modo a legitimar as ações estratégicas das corporações estatais. Esse caráter contraditório do exercício profissional torna a definição do que é “velho” e do que é “novo” imprecisa e diluída para os próprios assistente sociais.

A gestão (do trabalho, do financiamento e da informação) apresenta-se nos processos de trabalho, imbuída de um caráter instrumental, ou seja, repleta de formalidades, funcionalidades, de determinações burocratizadas, no nível do imediato, do emergente, de natureza manipulatória, segmentada e desconectada das suas determinações estruturais, reflexo de um projeto de sociedade contraditório (burguês) em que se está inserido. São totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas), implicando intervenções que envolvem escolhas as quais passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, e se inscrevam no campo dos valores.

Diante dessa forma de se apresentarem as repostas profissionais a estas demandas, pode haver dois direcionamentos: o primeiro, já amplamente descrito por Guerra (1995, 2000), são repostas manipulatórias, fragmentadas imediatistas, isoladas, individuais, tratadas nas suas expressões/aparências (e não nas determinações fundantes), cujo critério é a promoção de uma alteração no contexto empírico, nos processos segmentados e superficiais da realidade social, cujo parâmetro de competência é a eficácia segundo a racionalidade burguesa. São operações realizadas por ações instrumentais, repostas operativo-instrumentais, nas quais impera uma relação direta entre pensamento e ação e em que os meios (valores) se subsumem aos fins. São operações, por conseguinte, abstraídas de mediações subjetivas e universalizantes.

Mas, também, possibilita-se outro direcionamento, que envolve a gestão enquanto uma mediação, ou seja, permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício crítico e competente. Como uma mediação, a instrumentalidade — aqui particularizada na gestão —, permite que a apropriação de referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos subsidie a sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, estratégias políticas e instrumentos técnicos operativos. Nos termos de Guerra e Pontes (2000, 2000), ela permite que os sujeitos, em face da sua intencionalidade, invistam na articulação de meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais.

As demandas profissionais que envolvem a gestão exigem um assistente social que pensa, cria, negocia, articula e elabora propostas de intervenção, e cujo produto é o atendimento de necessidades individuais e coletivas, e não um profissional interessado meramente na gestão da pobreza.

Diante de tantos desafios, é importante que os mesmos sejam enfrentados em conjunto com a formação e o exercício profissional. Essa relação fará que haja garantias de enfrentamentos das necessidades colocadas hoje para a profissão. Nesse processo, considero que a produção de conhecimentos relacionados ao exercício profissional do assistente social — conteúdo escasso entre a produção existente — deveria ser priorizada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. L. T. de; ALENCAR, M. M. T. de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BARBOSA, R.N. de C. Gestão: Planejamento e Administração. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Porto Alegre, ano 4, n.8, p. 51- 76, jul/dez. de 2004
- BORGES, M.C.M. Editais de Concursos públicos e seus elementos padrões diante dos princípios constitucionais. **Revista do tribunal de contas do estado de Minas Gerais**. v. 70, n. 1, jan./fev./mar. 2009, ano XXVII. Disponível em: <www.revista.tce.mg.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.
- _____. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Brasília, 1993.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Resolução nº 145 de 15 de outubro. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, 2004.
- COSTA, J. M. A.; CUNHA, M. C.; ARAUJO, R. B. M. de. Federalismo cooperativo brasileiro: implicações na gestão da educação municipal. **Jornal de Políticas Educacionais**. n. 8, p. 14–23, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/jpe/article/view/21828/14283>. Acesso em: 22 set. 2012.

- CARDOSO, I. C da C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS: Formação Profissional: trajetórias e desafios**. n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.
- IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005
- _____. O Serviço Social na cena contemporânea. Serviço Social e Direitos Sociais e competências profissionais. In: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB. Brasília: CEAD/UnB, 2009
- NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- PAIVA, B. A. Reflexões sobre a pesquisa e processos de formulação de gestão. In: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB (Orgs.). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD/UnB, 2000.
- GUERRA, I. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas. **Revista Polêmica: com os olhos no futuro do Serviço Social**. Belém, CRESS 7ª Região, n. 3, 2001.
- _____. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB (Orgs.). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD/UnB, 2000.
- TESTA, M. **Pensar em saúde**. Tradução Maria Walquiria Franke Santineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- _____. **Pensamento estratégico e lógica de programação**. O caso da saúde. São Paulo: Hucitec, 1995.